

***Companhia de
Desenvolvimento
Econômico de Minas
Gerais - Codemig***

***Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016
e relatório dos auditores independentes***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - Codemig

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - Codemig (a "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - Codemig e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - Codemig e da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - Codemig e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

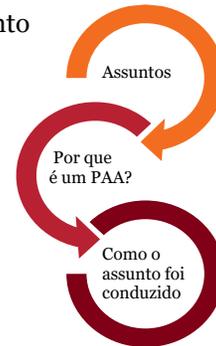
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa 14 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia mantém um elevado grau de dependência com parte relacionada, sua principal fonte de recursos, bem como mantém saldos e realiza transações com partes relacionadas integrantes do Governo do Estado de Minas Gerais, em montantes significativos em relação à sua posição patrimonial e financeira e aos resultados de suas operações, sendo parte dessas transações representadas por convênios, cujos desembolsos são contabilizados diretamente contra despesa do exercício, sem contrapartida (i.e. sem receita correspondente). Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Avaliação do valor recuperável dos investimentos em coligadas (Nota 11.2)

A Codemig Participações S.A. – Codepar (“Codepar”), subsidiária integral da Companhia, tem investimentos em outras empresas com operações no Estado de Minas Gerais. Anualmente a Companhia avalia a existência de quaisquer indicativos de que haja uma redução do valor recuperável desses investimentos.

A mensuração do valor recuperável é uma área que envolve o uso de julgamentos críticos e com alta subjetividade por parte da administração, uma vez que envolvem projeções de fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento, taxas de desconto, entre outras.

A utilização de diferentes estimativas e premissas poderiam apurar valores recuperáveis significativamente diferentes. Por isso, essa área foi considerada como de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, o entendimento dos controles internos relevantes relacionados com a preparação e revisão dos indicadores de redução a valor recuperável, bem como as premissas e metodologias de cálculo para o valor em uso das subsidiárias da Companhia.

Analisamos a razoabilidade e consistência: (i) do modelo de cálculo utilizado pela administração para preparar as projeções; (ii) dos dados e das premissas utilizados na preparação dos fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento e estimativas de rentabilidade, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais; e (iii) das taxas de desconto, considerando na nossa avaliação o custo de capital para a Companhia e organizações comparáveis.

Testamos a precisão matemática dos cálculos e dados das principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa.

Efetuamos análise de sensibilidade para as principais premissas das projeções, para avaliar os resultados em diferentes cenários possíveis.

Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela



Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - Codemig

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Companhia nas demonstrações financeiras.

Após aplicação desses procedimentos, consideramos que as premissas e as metodologias utilizadas para as estimativas contábeis são razoáveis e consistentes com os dados e informações obtidos, bem como com as divulgações feitas.

Receita da exploração do nióbio (Notas 1 e 22)

As receitas da Companhia são substancialmente provenientes dos recursos oriundos da atividade de exploração do nióbio, por meio de sua participação em uma Sociedade em Conta de Participação (“SCP”) em conjunto com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração - CBMM (“CBMM”).

As receitas são reconhecidas e os resultados apurados pela SCP com base em informações obtidas da CBMM, as quais são monitoradas e controladas pela administração da Companhia com o objetivo de apurar e registrar os valores de forma correta, completa e no adequado período de competência.

A relevância dos valores dessas receitas, bem como os potenciais riscos envolvidos na sua apuração e no seu reconhecimento no período correto por meio da SCP, nos levou a identificar essa área como de risco significativo, o que requer considerações especiais de auditoria.

Como resposta de auditoria, nossa abordagem incluiu, entre outros, os seguintes procedimentos descritos a seguir:

Efetuamos a leitura e o entendimento do contrato entre a Codemig e a CBMM, bem como o entendimento dos controles internos do processo de apuração e reconhecimento de receitas e contas a receber.

Efetuamos procedimentos analíticos sobre a movimentação mensal das receitas, para identificar variações inconsistentes às nossas expectativas, obtidas a partir de nosso conhecimento prévio das operações da SCP, e que possam indicar potenciais problemas de apuração e competência.

Obtivemos da CBMM a confirmação direta do valor da receita anual e do saldo de contas a receber da SCP em 31 de dezembro de 2016.

Obtivemos o Relatório de Asseguração Razoável sobre a demonstração dos resultados da SCP relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, produzido por outros auditores independentes, e verificamos a sua coerência com a análise realizada pela Companhia. Adicionalmente, efetuamos o recálculo dos valores reconhecidos como receita anual, com base na fórmula descrita no contrato entre a Companhia e a CBMM.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
	<p>Além dos testes descritos anteriormente, realizamos teste de conciliação dos saldos contábeis com os relatórios auxiliares e inspecionamos todos os comprovantes de recebimentos, bem como realizamos teste de recebimento subsequente de determinadas contas a receber em aberto ao final do exercício referente aos valores da SCP.</p> <p>Consideramos que os valores e as informações divulgados estão consistentes com os dados e documentos obtidos em nossa auditoria.</p>

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - Codemig

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - Codemig

chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

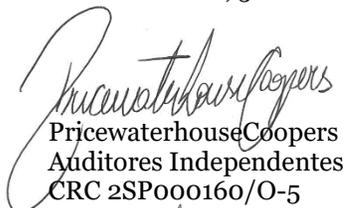
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

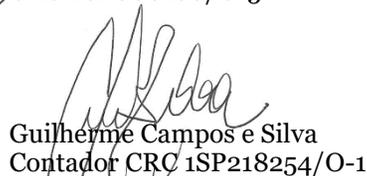
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 5 de abril de 2018



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5



Guilherme Campos e Silva
Contador CRC 1SP218254/O-1

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Relatório da administração

Senhores acionistas e demais interessados:

A Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais S.A. (“Companhia” ou “Codemig”) apresenta à V. Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2016 foi um ano de muitos avanços e conquistas para a Codemig, apesar de um contexto altamente desafiador pelo ambiente de crise política e econômica que o Brasil vive e ainda procura superar e, também, pelo contexto econômico mundial de menor crescimento da economia internacional e da crise fiscal e financeira do Estado de Minas Gerais.

O lucro líquido da Codemig em 2016 foi de R\$ 230,7 milhões, 39% do lucro obtido no exercício anterior. Se excluído evento não recorrente ocorrido em 2015, relativo à devolução de desembolsos com convênio, que afetou a base comparativa, a redução verificada no lucro líquido da empresa seria de 44%. Ainda assim, o resultado obtido em 2016 é expressivo, tendo em vista o impacto do menor volume de vendas de nióbio no período e o efeito cambial na principal receita da empresa. A empresa continua a apresentar sólida situação financeira, evidenciada pela posição de caixa e manutenção das obrigações de *covenants* de sua dívida.

As ações da empresa foram desenvolvidas conforme estabelecido no seu Planejamento Estratégico, pautadas em três eixos estratégicos: indústria de alta tecnologia; indústria criativa; e indústria de mineração, energia e infraestrutura. Em consonância com as diretrizes das Políticas Públicas do Estado de Minas Gerais, a Codemig atua buscando o desenvolvimento econômico e social sustentável, investindo nos 17 Territórios de Desenvolvimento do Estado, de forma a contribuir para a redução das desigualdades regionais existentes e geração de emprego e renda.

Os investimentos realizados pela empresa foram focados em segmentos distintos, destacando-se os setores de materiais estratégicos (nióbio, grafeno, terras raras, dentre outros), aeroespacial e defesa, internet das coisas (IoT), audiovisual, cinema, moda, gastronomia, turismo, dentre outros. Estes investimentos foram realizados por meio de aplicação direta de recursos, como editais de patrocínio, fomento e incentivo, bem como por meio de parcerias estratégicas com a iniciativa privada.

Também foram aplicados recursos em ativos diversos da empresa localizados em vários municípios do Estado, visando o resgate do patrimônio público e histórico, destacando-se: as ações envolvendo as Águas Minerais, mediante atuação da subsidiária Codeáguas; a reforma do Parque das Águas do Marimbeiro em Cambuquira; a elaboração dos projetos de revitalização do Parque das Águas de Contendas, em Conceição do Rio Verde; as obras de revitalização do Balneário de Pocinhos do Rio Verde, em Caldas; a conclusão das obras de restauração e recuperação do Teatro de Poços de Caldas; as obras de revitalização do prédio do antigo Cassino de Lambari e a obras de conclusão do Teatro Paschoal Carlos Magno em Juiz de Fora.

Outros projetos importantes empreendidos pela Codemig em 2016, são o Voe Minas Gerais - Projeto de Integração Regional Modal Aéreo, e o projeto Plantando o Futuro. O primeiro foi implantado com o objetivo de fomentar os negócios e o turismo das mais variadas regiões de Minas Gerais, oferecendo a ligação aérea a dezessete cidades mineiras com a capital, Belo Horizonte. Por meio do segundo projeto, a Codemig está contribuindo para a recuperação de nascentes e áreas degradadas com o plantio de milhares de mudas de árvores.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Relatório da administração

Ainda em 2016, a Codemig assumiu a operação do Terminal Rodoviário Governador Israel Pinheiro – TERGIP e do Terminal Rodoviário José Cândido da Silveira, principais terminais rodoviários de Belo Horizonte e, desde então, vem investindo na melhoria das instalações e infraestrutura - para o atendimento às cerca de 3,5 milhões de pessoas que circularam pelo mesmo, além de atuar para maior eficiência e eficácia dos diversos processos envolvidos na sua gestão.

Em 2016, a Codemig promoveu uma série de ações para melhoria e aprimoramento de processos e controle interno, destacando-se a elaboração de seu manual de organização, implantação do gerenciamento eletrônico de documentos e da assinatura eletrônica, por meio de certificação digital. Foram contratadas mais de 26 mil horas de treinamento para capacitação e desenvolvimento dos colaboradores, além da renovação do quadro de pessoal, por meio de concurso público e desligamentos incentivados.

Dessa maneira, a Codemig convergiu seus esforços e recursos buscando alavancar o desenvolvimento econômico, fortalecendo as funções alocativa, distributiva e de equilíbrio econômico para o Estado. A obtenção destes resultados só foi possível pelo empenho e dedicação dos nossos empregados e parceiros.

O ESTADO DE MINAS GERAIS

Minas Gerais é um estado repleto de oportunidades, com posição geográfica privilegiada, abundância em recursos naturais e mão de obra qualificada. Com uma extensão de 587 mil km², 20,7 milhões de habitantes, Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 516,6 bilhões e PIB per capita de R\$ 24,9 mil, o estado possui também desafios, como aumentar o dinamismo de sua economia e diminuir as desigualdades entre suas diversas regiões.

Entre seu leque de vantagens competitivas intrínsecas, estão o capital humano diferenciado, seus ativos e reservas minerais e potencial significativo para o agronegócio. A Codemig direciona sua atuação fomentando a diversificação da economia mineira e a descentralização de recursos, com foco nos Territórios de Desenvolvimento. Ao repensar as vocações tradicionais, ao mesmo tempo em que investe em vocações inovadoras, a Codemig tem por objetivo contribuir para o aumento do PIB do estado, atrair investimentos da iniciativa privada, gerar emprego e renda e promover a inclusão social.

A COMPANHIA

A Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig é uma empresa pública, sob a forma de sociedade por ações controlada pelo Estado de Minas Gerais. A empresa foi constituída a partir da incorporação de empresas públicas com expertise em diversos segmentos de atuação, tendo sido concebida com a finalidade de desempenhar um papel complementar às atividades do Estado, alavancando investimentos de grandes envergaduras e potencializando o desenvolvimento econômico de Minas Gerais.

Em 27 de julho de 2016, por meio da Lei nº 22.257, no âmbito da reformulação da estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo do Estado, da Codemig passou a ser vinculada à Secretaria Geral do Governo do Estado de Minas Gerais e não mais à Secretaria de Desenvolvimento Econômico. A referida Lei ampliou, ainda, o objeto social da Companhia com a atuação, em caráter complementar, voltada para o investimento estratégico em atividades, setores e empresas que tenham grande potencial de assegurar, de forma perene e ambientalmente sustentável, o aumento da renda e do bem-estar social e humano de todos os mineiros.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Relatório da administração

Nossa missão, visão estratégica e valores

Missão: ser uma empresa pública comprometida com o crescimento econômico sustentável de Minas Gerais, assegurado através do desenvolvimento de soluções integradas e inovadoras em parceria com o setor privado.

Visão estratégica: ser uma empresa pública reconhecida como importante indutora do desenvolvimento econômico de Minas Gerais, em parceria com o setor privado.

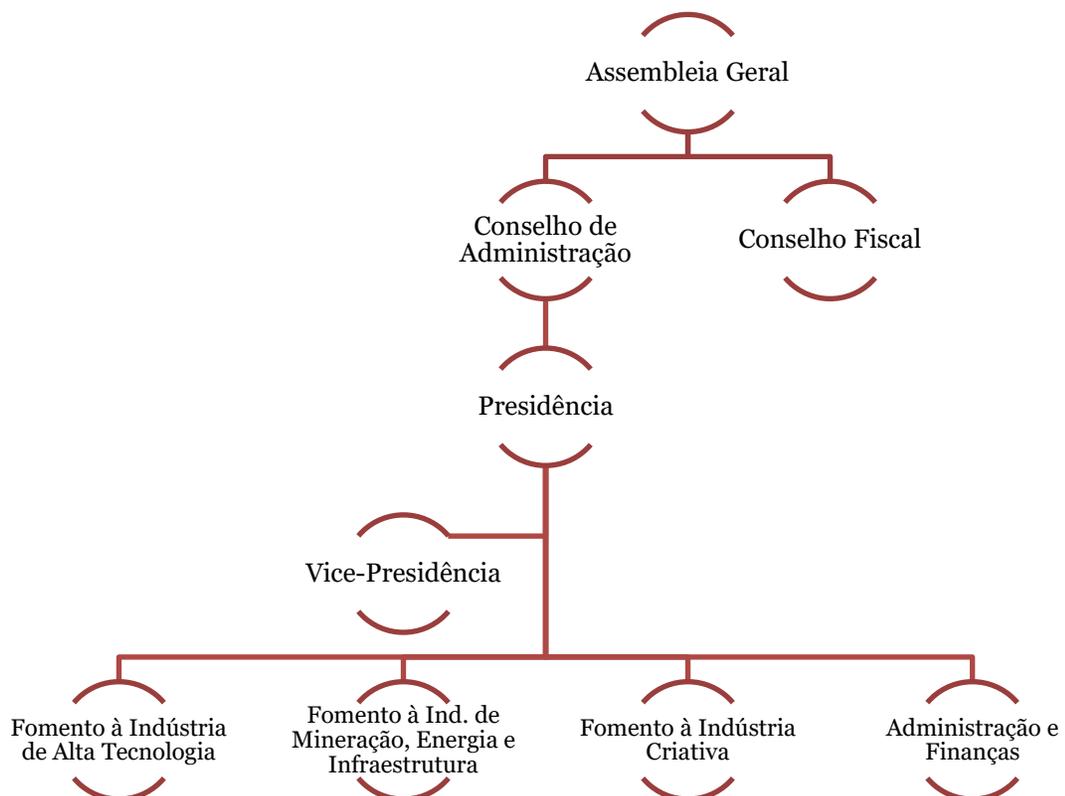
Valores: ética, desenvolvimento, transparência e parcerias.

Governança corporativa

A gestão da Codemig tem incorporado práticas e princípios norteadores da moderna administração, contribuindo para maior nível de governança corporativa, pautando-se pela transparência, prestação de contas e responsabilidade corporativa. Desta forma, a empresa busca alcançar maior eficiência administrativa, mitigar eventuais riscos, bem como agregar valor e resultado econômico aos seus negócios.

A estrutura de governança adotada pela empresa pode ser assim representada:

- Acionistas;
- Conselho de Administração;
- Conselho Fiscal; e
- Diretoria Executiva.



Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Relatório da administração

Outros importantes instrumentos da governança da empresa são o Código de Conduta Ética e os normativos do Sistema Disciplinar, orientadores sobre comportamentos e condutas éticas e possíveis implicações pela não observância das regras que devem prevalecer no ambiente corporativo. Cabe destacar a implementação da ouvidoria interna da Codemig, fomentando a transparência na gestão, por meio de importante canal de comunicação com os colaboradores da empresa.

Composição do Grupo Codemig

A Companhia possui três subsidiárias. São elas:

Codepar

A Codemig Participações S.A. – Codepar é uma subsidiária integral da Codemig responsável pela execução de investimentos estratégicos. Atualmente, conta com participações acionárias em empresas e em Fundo de Investimento em Participações – FIP, nos segmentos aeroespacial e internet das coisas, e em um banco de investimentos.

Codeguas

A Codemig é proprietária de diversas fontes de águas minerais naturais de Minas Gerais, e por meio de sua subsidiária Codeguas Águas Minerais, zela pelas fontes de Araxá, Caxambu, Lambari e Cambuquira. Além disso, industrializa e comercializa as suas águas para venda em todo o Brasil.

Prominas

Atualmente em processo de extinção, autorizado pela lei 22.287/2016, a Companhia Mineira de Promoções – Prominas é controlada pela Codemig. Até o fim de 2016, a Prominas era a responsável pela gestão do centro de eventos Minascentro e centro de eventos e exposições Expominas de Belo Horizonte, sendo arrendatária do último.

Após análise de inventários, estudos e levantamentos contábeis, a Codemig e os demais acionistas optaram pela sua extinção, por meio de liquidação extrajudicial. A Prominas, após rescisão contratual, devolveu a gestão do Expominas Belo Horizonte à Codemig, que atualmente é a responsável pela atividade operacional do espaço. O objetivo com a liquidação é saldar os ativos e passivos e, com distribuição dos ativos remanescentes, repassar aos sócios os valores arrecadados após a liquidação das dívidas. No âmbito deste processo, em 2017, o Minascentro foi entregue à Codemig como pagamento de suas ações adquiridas e, a Codemig, por outro lado, buscará viabilizar a transferência da administração deste ativo por concessão onerosa dos espaços ao setor privado.

Eixos de atuação da Codemig

Apoiada por seu planejamento estratégico, a empresa manteve seus investimentos definidos em eixos estratégicos. São eles:

- Fomento à Indústria Criativa;
- Fomento à Indústria de Alta Tecnologia; e
- Fomento à Indústria de Mineração, Energia e Infraestrutura.

Os investimentos nos referidos eixos estratégicos, guardadas suas peculiaridades e grau de maturidade no desenvolvimento e implantação dos projetos, contribuíram para a geração de emprego e renda no Estado. Além disso, promoveram condições redutoras nas diferenças socioeconômicas e culturais dos Territórios de Desenvolvimento de Minas Gerais.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Relatório da administração

Outras atuações em 2016

Águas Minerais

A Codemig é proprietária das águas minerais naturais de Araxá, Caxambu, Lambari e Cambuquira, sendo as três últimas pertencentes ao Circuito das Águas de Minas Gerais. A exploração das fontes foi realizada pela Águas Minerais de Minas – AGMM (subsidiária da COPASA-MG) até 30 de abril de 2016, por meio de Contrato de Parceria, sendo investidos, pela Codemig, R\$ 3,4 milhões no empreendimento.

No exercício de 2016, foi criada a Codeáguas Águas Minerais Ltda, empresa pública sob a forma de sociedade empresária limitada, tendo como sócios a Codemig – com 99% de participação, e a Codepar, subsidiária integral da Codemig – com 1% de participação. A partir de 1º de maio de 2016, as atividades de envasamento e comercialização das águas minerais das referidas fontes passaram a ser realizadas pela Codeáguas.

TERGIP – Terminal Rodoviário Governador Israel Pinheiro e Terminal José Cândido da Silveira

Desde 1º de março de 2016, o Tergip e o Terminal José Cândido são geridos pela Codemig que, mediante convênio com o Departamento de Estradas e Rodagem (DER), passou a ser responsável pela administração das atividades e instalações dos Terminais. Ao todo, durante a gestão da Codemig, o Tergip e o Terminal José Cândido receberam 3,5 milhões de passageiros em embarques e 3,2 milhões de passageiros em desembarques.

Comprometida com as diretrizes do Governo estadual em prol dos mineiros, a nova gestão tem trabalhado para oferecer segurança, conforto e bem-estar a seus usuários. A administração, já no início do seu trabalho, esteve empenhada em melhorar o estado de conservação do terminal rodoviário e já tem planejado investimentos em sua infraestrutura, com o viés de melhorar a experiência dos seus usuários, considerando sua eminente necessidade de reforma, verificada não só pela nova gestão, mas também pelos frequentadores.

Como parte de medidas de bem-estar e promoção da cultura, foi reinaugurado em agosto de 2016 o Espaço Cultural Tergip, que é uma área localizada no hall de entrada do terminal rodoviário responsável por receber e promover atrações culturais, proporcionando a interação e a interlocução da população com a arte. Objetivando democratizar os bens culturais, o local resgata uma função social da rodoviária que, além de um espaço de embarque e desembarque, passa a ser um ambiente de contemplação e contato com obras de artistas mineiros, nacionais e internacionais. Em 2016, foram expostas obras de Rodin, do escultor Pedro Miranda e do artista Leandro Gabriel.

Cabe, ainda, destacar medidas administrativas adotadas e em andamento, buscando otimização de processos e maior eficiência administrativa.

Voe Minas Gerais – Projeto de Integração Regional Modal Aéreo

A Codemig, em 2016, firmou termo de cooperação técnica com a Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas de Minas Gerais – SETOP, visando o estímulo e fomento à aviação regional, sendo criado assim o Voe Minas Gerais. Com o intuito de promover o desenvolvimento econômico, oferecendo ligação aérea entre Belo Horizonte e o interior, o Voe Minas Gerais transportou mais de 1.500 passageiros em 2016, com índice de satisfação dos usuários superior a 89%. Atualmente, o projeto atende 17 municípios mineiros.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Relatório da administração

Convênios

A Codemig, por meio da celebração de convênios com órgãos da administração direta do Estado de Minas Gerais, destinou, em 2016, R\$ 97 milhões para gastos em infraestrutura, destacando-se: (i) a implantação de mata burros, bueiros e vigas, em vários municípios de Minas Gerais; (ii) as obras do teatro Paschoal Carlos Magno e estruturação do sistema viário de Juiz de Fora, (iii) pavimentação da pista de pouso, pátio principal de aeronaves e pista de táxi do Aeródromo de Três Corações; (iv) execução da interligação da av. João Daher ao Centro de Capacitação Aeroespacial de Minas Gerais (CTCA), em Lagoa Santa, com o referente pagamento das indenizações necessárias de áreas ocupadas; e (v) obras de melhorias e pavimentação do trecho Cordisburgo – Curvelo e recuperação funcional do trecho Cordisburgo – Entrº BR-040, entre outros.

Projeto Plantando o Futuro

O projeto Plantando o Futuro foi lançado em março de 2016 pelo Governo do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de plantar 30 milhões de árvores até dezembro de 2018, em todos os Territórios de Desenvolvimento de Minas Gerais. Responsável pela coordenação e pelo apoio logístico e operacional da ação, a Codemig evidencia sua política de gestão ambiental, com a meta de compatibilizar crescimento econômico e preservação do meio ambiente.

Em números, o projeto pode ser assim representado:

- 20 mil hectares a serem preservados;
- 30 milhões de mudas de espécies nativas a serem plantadas;
- 40 mil nascentes em processo de recuperação;
- 6 mil hectares de matas ciliares serão revitalizados;
- 2 mil hectares de áreas degradadas, em todo o Estado, serão recuperados;
- 20 milhões de pessoas beneficiadas; e
- R\$ 396 milhões de orçamento total.

Além de oferecer à população a oportunidade de ser protagonista do desenvolvimento sustentável, o projeto busca incentivar o reflorestamento, contribuir para preservar a natureza e promover o bem-estar dos mineiros. Com isso, pretende alcançar uma ampla mobilização social, conscientizando a população para que se aproprie da iniciativa e participe ativamente do plantio, da manutenção e da fiscalização. A iniciativa prioriza áreas degradadas, nascentes de rios e seus afluentes e matas ciliares, bem como a arborização urbana, com vistas ao plantio de árvores em todos os municípios do Estado.

O projeto já apresenta resultados positivos, tendo conquistado, por meio de convênios e termos de cooperação, a viabilização de aproximadamente 25% da meta a ser atingida até dezembro de 2018, ou seja, cerca de 7,5 milhões de mudas.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Relatório da administração

RESULTADO DOS EIXOS ESTRATÉGICOS DE ATUAÇÃO

Em 2016, as seguintes ações e resultados podem ser destacados, de acordo com os eixos estratégicos de atuação:

EIXO DE FOMENTO À INDÚSTRIA CRIATIVA

A Codemig tem fomentado a Indústria Criativa, uma importante cadeia produtiva de criação, produção e distribuição de bens e serviços que usam o capital intelectual como insumo primário. As grandes áreas criativas podem ser classificadas em segmentos como: audiovisual, editorial, publicidade, arquitetura, design, moda, gastronomia, expressões culturais, música, artes cênicas, patrimônio e artes, pesquisa e desenvolvimento, tecnologias da informação e comunicação (TIC) e biotecnologia.

O fomento da Codemig à Indústria Criativa vai além da busca pelo desenvolvimento econômico. É uma importante forma de atuação social, que valoriza e incentiva os talentos mineiros e sua rica diversidade cultural. As iniciativas se estendem para além da Região Metropolitana de Belo Horizonte, ao valorizar as distintas regiões de Minas Gerais e promover, a um só tempo, a interiorização do desenvolvimento e a abertura de mercados internacionais.

Audiovisual

Em 2016, 20 projetos de longas metragens e séries foram beneficiados, com um investimento total de R\$ 2,7 milhões. Além desses investimentos, a Codemig promoveu a MAX – Minas Gerais Audiovisual Expo pela primeira vez, em 2016. O evento reuniu salão de negócios, exibição de filmes e atividades de capacitação, promovendo mais de 450 encontros entre produtores, canais e distribuidoras, e gerando expectativa de negócios de mais de R\$ 200 milhões.

O Programa Codemig de Apoio ao Cinema – Cineminas irá criar ou revitalizar salas de cinema nos municípios do interior do estado, com o objetivo de fomentar a indústria cinematográfica mineira. Em 2016, foram selecionadas 21 cidades que irão receber os investimentos para reforma dos equipamentos culturais e artísticos. Em Ponte Nova, na Zona da Mata mineira, a sala de exibição do Cineminas será construída no prédio do tradicional Hotel Glória. O investimento prevê, além da instalação do cinema no local, a restauração do prédio de 150 anos. O contrato de cessão do imóvel já foi assinado entre a Codemig e a Prefeitura da cidade. Os projetos já estão em fase de licitação e uma importante parceria com o SESC/MG foi firmada, para a criação de um centro de excelência em artes.

Moda

A Codemig encomendou à Fundação João Pinheiro a mais ampla pesquisa sobre o setor da moda já feita no Estado. O estudo mapeou as atividades do setor e será utilizado para orientar as políticas de fomento.

A Codemig é parceira da FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais na realização do Minas Trend, o maior salão de negócios de moda do país, que realiza duas edições anuais de lançamento e comercialização das coleções. Com o objetivo de impulsionar a cadeia da moda nos 17 territórios do Estado, a Codemig abriu seleção para trazer 14 marcas ao Minas Trend. As empresas expuseram seus produtos em estandes coletivos e concorreram ao Prêmio Empresa Tendência. As três primeiras colocadas terão estandes próprios na próxima edição do evento.

Novas mídias – P7 Criativo

A Codemig é uma das parceiras na implantação do P7 Criativo, polo de inovação e tecnologia, que irá funcionar na Praça 7, no coração de Belo Horizonte. O prédio do antigo Bemge – emblemático imóvel que leva o nome de Oscar Niemeyer, arquitetado em 1953 – será completamente revitalizado para abrigar profissionais de tecnologia da informação, comunicação e da indústria criativa.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Relatório da administração

Os investimentos previstos poderão atingir até R\$ 60 milhões, sendo que já foi registrada a Associação P7 Criativo, formalizando a parceria entre a Codemig, a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a Fundação João Pinheiro, a FIEMG e o SEBRAE – Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas). As operações terão início em 2017, com a instalação da equipe em sede provisória até a conclusão das obras.

Gastronomia

A primeira edição do edital de incentivo à gastronomia, lançada em agosto de 2015, permitiu a realização, ao longo de 2016, de eventos gastronômicos em 11 municípios mineiros, representando uma injeção de R\$ 1,5 milhão no setor.

A edição 2016 do certame permitirá a realização, em 2017, de 23 eventos gastronômicos, em 20 municípios mineiros. Serão R\$ 1,1 milhão destinados à valorização da gastronomia no Estado, movimentando a economia de 12 dos 17 territórios.

A companhia realizou ações de divulgação da gastronomia mineira durante os festivais do Projeto Fartura em São Paulo, Tiradentes e Belo Horizonte. Em parceria com o SEBRAE, a Codemig levou produtores mineiros para participar dos eventos e gerar oportunidades de negócio.

Turismo

A Codemig é uma importante agente na preservação da memória cultural e histórica do Estado, sendo responsável pela manutenção e administração de importantes equipamentos que compõem o patrimônio histórico e turístico de Minas Gerais. No exercício de 2016, a Empresa investiu parte de seus recursos na execução de obras de conservação e reforma no Grande Hotel de Araxá, no Palace Cassino e Teatro de Poços de Caldas, na reforma do Parque do Marimbeiro, em Cambuquira, na reforma e revitalização do Parque das Águas de Contendas, em Conceição do Rio Verde-MG, na obra de reforma do Balneário de Pocinhos do Rio Verde, em Caldas-MG e no Cassino de Lambari, importantes empreendimentos culturais e de significativo valor histórico. Os recursos aplicados foram importantes na manutenção dos ativos da empresa e para a continuidade da memória viva da cultura de Minas Gerais. Todas as intervenções seguem as orientações do Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico – IEPHA.

Com o objetivo de desonerar a administração destes ativos e dos gastos constantes em manutenção, além de incentivar a indústria do turismo, incorporando o pensamento empresarial da iniciativa privada e a busca da eficiência e da gestão por resultados, a Codemig adotou o formato do arrendamento privado. Dessa forma, a Companhia oferece a empresários do segmento hoteleiro e de turismo de Minas Gerais a oportunidade de unir a *expertise*, trazida na administração de seus negócios, aos empreendimentos turísticos e históricos do Estado, em busca da melhor exploração de seus resultados. Os exploradores são selecionados por meio de licitações públicas, onde, a partir do contrato de arrendamento estabelecido, a Codemig passa a receber *royalties* sobre a exploração dos empreendimentos envolvidos.

Elaborado pela Fundação João Pinheiro a pedido da Codemig e da SETUR e aprovado em 2016, o Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo aponta melhorias necessárias em cinco frentes: oferta turística, qualificação profissional, infraestrutura urbana, comercialização e gestão pública. A implantação das propostas terá início em 2017.

O Portal Minas Gerais, que reúne informações turísticas sobre todo o Estado, foi preparado ao longo de 2016 para ganhar novas funcionalidades, como visitas virtuais a diversos pontos turísticos e plataforma unificada para a compra de passagens e reservas em hotéis, restaurantes e atrações mineiras.

Além disso, em 2016, para fomento ao turismo mineiro, a Codemig concedeu patrocínio ao Instituto Inhotim, responsável pela manutenção e gestão de um dos mais relevantes acervos de arte contemporânea do mundo, com uma coleção botânica que reúne espécies raras e de todos os continentes.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Relatório da administração

Música

A Codemig apoia o Instituto Cultural Filarmônica, responsável pela gestão e manutenção da Orquestra Filarmônica de Minas Gerais, por meio de patrocínio. Além disso, a Codemig foi a responsável e é a detentora de sua sede e principal local de apresentações, a Sala Minas Gerais. Parte do complexo Centro Cultural Presidente Itamar Franco, a Sala é um espaço de escuta sensível, capaz de ampliar a experiência com a Filarmônica, comparado a grandes infraestruturas orquestrais internacionais, sem desapontar seus visitantes nas demais experiências sensoriais.

Expominas

Os centros de feiras e eventos – Expominas fazem parte do ativo da Codemig e são uma importante ferramenta de indução ao desenvolvimento regional. Os empreendimentos estão localizados nas cidades de Araxá, Belo Horizonte, Juiz de Fora e Teófilo Otoni. Em 2016, foram investidos aproximadamente R\$ 10 milhões nas obras de reforma da Arena do Expominas de Belo Horizonte, na elaboração de projetos executivos de engenharia para adequação do sistema preventivo e na elaboração de projetos executivos de engenharia de sistemas prediais, elétrico e telecomunicações para a infraestrutura de eventos temporários da arena multiuso. Nas obras do novo Expominas São João Del-Rei, que será inaugurado em 2017, foram investidos aproximadamente R\$ 12 milhões.

Distritos Industriais

Neste ano, foi dada continuidade ao Programa de Revitalização dos Distritos Industriais da Codemig. Após estudo detalhado das demandas e potencialidades dos 53 distritos industriais, 15 deles foram selecionados como prioritários para receber as ações do programa.

Cada distrito recebeu um plano de ação, com metas definidas em conjunto com os dirigentes. Na atual etapa, de execução dos planos, estão sendo trabalhados cinco eixos prioritários: estabelecimento de governanças locais; energia; telecomunicações; meio-ambiente e segurança. No Distrito industrial de Araguari, por exemplo, foram envidados esforços e recursos para construção da 2ª Etapa da ETE – Estação de Tratamento de Esgoto do Distrito Industrial. Já em Barroso, o convênio celebrado entre a Codemig e a COPASA permitiu a execução das obras do sistema de transporte de água.

Em 2016, foram gastos aproximadamente R\$ 5,5 milhões em ações de preservação do meio ambiente, possibilitando a mitigação de passivos ambientais e o atendimento a condicionantes ambientais em Distritos Industriais da Codemig, com o plantio de árvores, gerenciamento de resíduos sólidos, produção de análises químicas de efluentes a corpos receptores provenientes de empreendimentos da Empresa.

Eixo de FOMENTO À INDÚSTRIA DE MINERAÇÃO, ENERGIA E INFRAESTRUTURA

Mineração

A Codemig tem na mineração a sua principal fonte de receitas, com maior relevância sendo observada na exploração de nióbio, em Araxá, realizada em modelo de parceria com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM. A participação da Codemig representa distribuição de 25% do resultado de uma Sociedade em Conta de Participação – SCP, que tem a CBMM como sócia ostensiva.

Em 2016, foi dada continuidade aos investimentos em pesquisa e desenvolvimento na área de mineração, como o desenvolvimento de aplicação de terras raras na produção de ligas e ímãs, em parceria com a Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras – CERTI, para aproveitamento de novos minerais associados ao pirocloro de Araxá. Além deste, foi firmado um Acordo de Parceria entre a Codemig, o Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear – CDTN e a Universidade Federal de Minas Gerais para o desenvolvimento do Projeto MGgrafeno: produção de grafeno a partir da esfoliação química de grafite natural e aplicações, no qual será implementada uma planta piloto para o processo de produção de grafeno.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Relatório da administração

Este produto se apresenta como uma grande revolução nos campos de baterias de íon lítio, compósitos poliméricos, filmes finos condutores e sensores/dispositivos.

Infraestrutura

A Codemig concluiu as obras de construção dos prédios sede da Rede Minas e Rádio Inconfidência, além do espaço Casa da Gastronomia, finalizando o conjunto de obras que compõem o Centro Cultural Presidente Itamar Franco, em Belo Horizonte.

Além disso, foram concluídos os projetos básicos de engenharia do projeto P7 Criativo, importante espaço que congregará empresas, instituições científicas e da indústria criativa nas mais diversas áreas, no antigo Prédio do Bemge, na Praça Sete, em Belo Horizonte.

Eixo de FOMENTO À INDÚSTRIA DE ALTA TECNOLOGIA

O Governo do Estado busca desenvolver, apoiar e fomentar, por meio da Codemig, a constituição e instalação de empresas de alta tecnologia e de inovação, em setores estratégicos em Minas Gerais. A partir da criação da Diretoria de Fomento à Indústria de Alta Tecnologia, a Codemig tem procurado estimular um círculo virtuoso por meio da diversificação de investimentos, feitos pela empresa, com o intuito de aliar a geração do benefício à sociedade com a captação de recursos necessários à manutenção do status de provedora do bem-estar social.

Destaca-se também a atuação da Codemig Participações S.A. – Codepar, subsidiária integral da Codemig. A Codepar busca atrair, manter e incentivar empresas e projetos, ao expandir a cadeia dos produtores de alta tecnologia no Estado de Minas Gerais, considerando as habilidades científicas de produtores de bens e proporcionando efetivo desenvolvimento econômico do Estado. Sua atuação se baseia na realização de investimentos em empresas estratégicas, nos segmentos aeroespacial, de defesa, biotecnologia, saúde e medicamentos, mobilidade urbana, semicondutores e internet das coisas, sem desprezar a possibilidade de investimentos oportunos em segmentos menos dinâmicos, mas importantes para a sociedade e para o Estado de Minas Gerais.

Em 2016, a Codepar realizou um investimento significativo no Banco Mercantil de Investimentos – BMI, adquirindo sua participação acionária de 58,59%. O projeto de aquisição de participação acionária de um Banco de Investimento regional e com sede em Belo Horizonte tem como principal objetivo fomentar o segmento de médias empresas sediadas ou com investimentos no Estado de Minas Gerais e que necessitem de serviços financeiros ofertados pelo banco para alavancarem seus negócios, contribuindo para a solidez da economia do Estado. O banco de investimento preencherá com qualidade uma lacuna bancária em Minas Gerais, focando principalmente na atuação em segmentos de estruturação de emissão de dívidas, *project finance*, *corporate finance*, fusões e aquisições (M&A).

As principais motivações estratégicas da Codemig para realizar o investimento no Banco foram otimizar a estrutura de investimento da Codemig, através de multiplicador bancário, dotar a Codemig de instrumento para estruturação de operações financeiras e mercado de capitais, apoiar o crescimento de médias empresas mineiras por meio de operações estruturadas e assessoria técnica financeira em mercado de capitais.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Relatório da administração

Em meados do exercício de 2016, a Codepar concluiu o seu plano de aquisição de 45% das ações da Vodafone Brasil, trazendo à Minas Gerais sua sede administrativa e promovendo o desenvolvimento da área de internet das coisas. Além disso, o Estado de Minas Gerais aportou na Codemig, que incorporou à Codepar 9,42% de participação na Helicópteros do Brasil – HELIBRÁS, empresa responsável pela produção, venda e pós-venda no Brasil de aeronaves da Airbus Helicopters, maior fornecedora mundial do setor. O objetivo é contribuir para o desenvolvimento de tecnologia de ponta e, desse modo, para o fortalecimento da indústria aeronáutica nacional. Em sua fábrica, localizada em Itajubá-MG, são produzidos diversos modelos de helicópteros que atendem aos segmentos civil, governamental e militar.

A Codepar também iniciou em 2016, em consonância com o trabalho de estruturação e desenvolvimento do mercado mineiro elaborado pela empresa de consultoria McKinsey, o projeto de formação e investimento através de Fundos de Investimento em Participações – FIPs, em áreas estratégicas e com foco no desenvolvimento nacional e mundial. Neste ano, foi contratado o gestor CONFRAPAR para a gestão do FIP Aerotec, fundo criado para investimento no setor aeroespacial. A contratação de um gestor para o FIP Biotec, com vistas a investir em empresas com projetos promissores no setor de Biotecnologia, também foi iniciada no período.

DIMENSÃO ADMINISTRATIVA

Gestão e Melhoria de Processos

Durante o exercício de 2016, foi concluído o mapeamento dos 30 macroprocessos organizacionais, que serão base para a melhoria da gestão e redução de riscos. Em conjunto, foi elaborada uma matriz de riscos e controles que está sendo constantemente monitorada e verificada pela auditoria interna da Companhia, por meio do seu plano anual de auditoria. A unidade de auditoria interna vem atuando mais ativamente na revisão de processos e procedimentos, com o objetivo de fortalecer os controles internos da Companhia. Como consequência da elaboração do plano anual de auditoria, em conjugação com o mapeamento dos macroprocessos e com a matriz de riscos, foram realizadas 11 auditorias programadas e 15 não programadas. Adicionalmente, a Codemig é auditada pela Auditoria Independente, da PricewaterhouseCoopers – PwC.

Além disso, a Codemig realizou uma série de ações visando aumentar a sua eficiência e eficácia operacional. Neste sentido, aprimorou seu sistema informatizado ERP, adquiriu a ferramenta FLUIG, bem como implantou o módulo de orçamento e o sistema informatizado para sua subsidiária Codeguas.

A empresa procedeu à digitalização de sua documentação, abrangendo cerca de nove milhões de documentos. Foi implantado o gerenciamento eletrônico de documentos, ferramenta que permite gerenciar os materiais em formato digital, preservando e organizando a informação eletronicamente, possibilitando o armazenamento, controle, compartilhamento e busca de documentos com agilidade, segurança e integração aos fluxos de trabalho da empresa.

Ao final de 2016, foi implantada a assinatura eletrônica por meio de certificação digital, o que permitirá maior nível de segurança nas aprovações, assim como a eliminação de tramitação de documentação em papel.

Gestão de pessoas e políticas de RH

No âmbito de gestão de pessoas, cabe destacar a revisão do Plano de Cargos e Salários da empresa, buscando dotar a Codemig de uma ferramenta de gestão das carreiras de seus profissionais aderente às práticas de mercado e alinhada ao novo modelo de gestão. Salienta-se também a criação da metodologia da Participação dos Empregados no Resultado, que passou a ser atrelada a metas corporativas e específicas alinhadas ao Planejamento Estratégico da Empresa, com distribuição diferenciada, de acordo com o nível de responsabilidade dos empregados.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Relatório da administração

A Empresa manteve também um Plano de Desligamento Incentivado, aberto à adesão de elegíveis até 31 de dezembro de 2018, com o objetivo de proceder ajustes no seu quadro de pessoal.

Em 2016, destaca-se, ainda, a renovação ocorrida no quadro de pessoal da empresa. Isto se deu, primeiramente, a partir da chegada dos novos empregados que passaram no concurso público realizado em 2015. Este concurso foi diferenciado por ter, em seu escopo, além de provas de múltipla escola, provas abertas e de títulos, visando obter classificados com maior grau de experiência, qualificação e com competências em áreas anteriormente não previstas e/ou existentes no quadro funcional da empresa. O Plano de Desligamento Incentivado também contribuiu para a referida renovação do quadro de pessoal da empresa.

Ao longo do ano, buscando a capacitação, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento dos empregados, a Codemig disponibilizou vários treinamentos técnicos, gerais e afetos aos normativos de empresa pública para seus empregados, totalizando gasto de cerca de R\$ 480 mil e 26 mil horas de treinamento.

Gestão patrimonial

Em 2016, a Codemig procedeu uma série de ações relacionadas a sua gestão patrimonial, destacando-se a implantação de um banco de dados que reflete o arquivo físico de imóveis da Companhia, uma das ações que reflete melhoria no processo de gestão. Neste banco de dados, estão elencados os imóveis da Companhia por município, com todas as informações correlatas aos mesmos: características, tributos, taxas, situação fundiária, desapropriação, contratos de cessão, avaliação e valor de mercado, dentre outras.

Ainda em relação à atuação da área em 2016, foram mais de 600 intervenções de regularização fundiária, 51 avaliações de imóveis, inúmeras alienações e doações de imóveis aos municípios mineiros, que já possuíam imóveis cedidos pela Codemig. Para isso, foi considerado que os mesmos não estavam relacionados à missão e objetivos estratégicos da Companhia e vão constituir economia para a empresa, em função de tributos, seguros e taxas relacionadas, que passarão a ser custeadas pelos municípios.

Vale ressaltar, dentre as diversas ações de regularização fundiária, a regularização do bairro de Marimbeiro em Cambuquira, com impacto social relevante. Foram indenizadas e transferidas 12 famílias (60 pessoas) que ocupavam, de maneira irregular e precária, os terrenos para o bairro Figueira, com mais dignidade e infraestrutura. Esta ação tem cunho ambiental além de social, uma vez que as fossas das casas estavam poluindo as fontes de água mineral do parque do Marimbeiro. Para 2017, estão previstas ações de recuperação da área degradada: limpeza dos terrenos, cercamento das áreas e plantio de mudas.

DIMENSÃO ECONÔMICO-FINANCEIRO

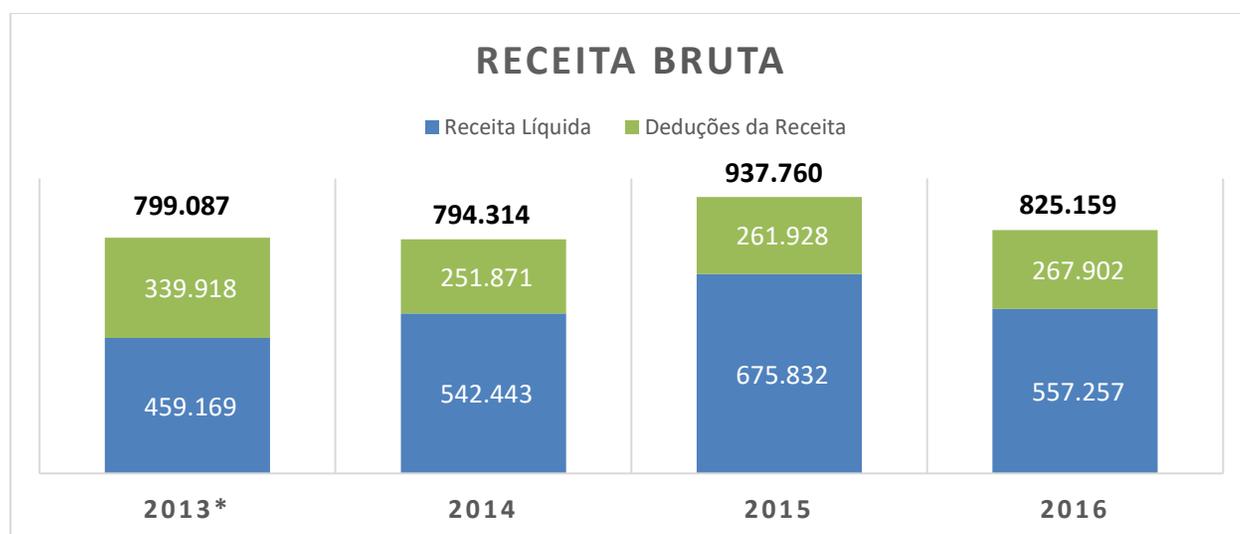
A Codemig, embasada em seu Planejamento Estratégico, buscou ao máximo gerir seus recursos pautada nos pilares da eficiência, eficácia, publicidade, moralidade e imparcialidade na qualidade do gasto, bem como alavancar investimentos capazes de gerar novas fontes de receitas e contribuir para o desenvolvimento econômico do estado de Minas Gerais.

Em 2016, a Empresa apresentou um grande volume de desembolsos, montantes significativos em relação a sua posição patrimonial e financeira e aos resultados de suas operações, destacando-se os recursos referentes ao compromisso e aporte em investimentos estratégicos na geração de novos negócios, pagamento de juros e amortização de dívida, distribuição de dividendos e acerto de imposto de renda com a CBMM. Ao final de suas operações, a Codemig apresentou resultado positivo da ordem de R\$ 231 milhões, conforme apresentado na demonstração dos resultados.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Relatório da administração

Em 2016, as receitas da Codemig atingiram cerca de R\$ 557 milhões, ante R\$ 676 milhões em 2015. Cerca de 86% destas receitas são provenientes do negócio do nióbio, participação em uma Sociedade em Conta Participação – SCP com a CBMM. A queda verificada nesta receita advém não só do decréscimo de vendas, mas incorpora, principalmente, o efeito da valorização do real ocorrida em 2016, *vis a vis* 2015.



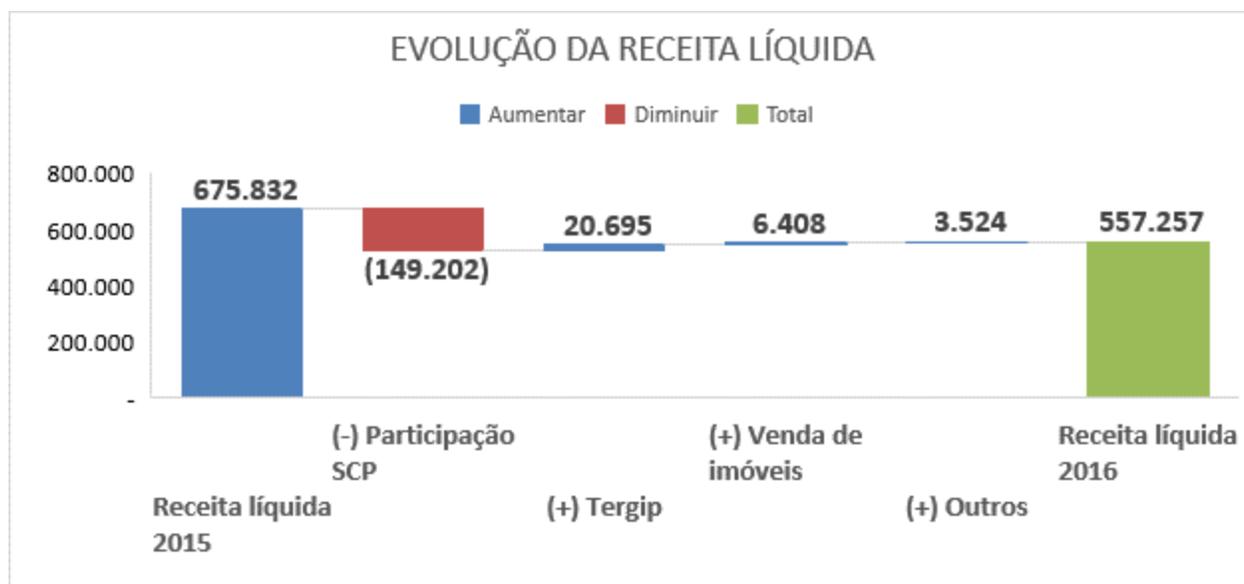
* O lucro de 2013 foi impactado pelo *impairment* da Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais, posteriormente revertido e rerepresentado apenas para o ano de 2014.

Importante destacar o incremento ocorrido na participação de novas receitas no total das receitas da Codemig – 11% em 2016, ante 6% em 2015. Essa diversificação é explicada principalmente pelo início da exploração do terminal Rodoviário de Belo Horizonte e pelo incremento de receitas com venda de imóveis. Além dessas, outras receitas, como aquelas advindas da venda de água mineral pela Codeáguas e de *vouchers* aéreos no projeto Voe Minas Gerais, contribuíram para a diversificação das receitas da empresa. Cabe mencionar que investimentos no desenvolvimento e produção de ativos minerários, tais como imãs de terras raras e grafeno, e investimentos em empresas estratégicas para o Estado, das quais algumas já distribuíram dividendos significativos, são outras vertentes de atuação para desconcentração das receitas da Codemig.

Em virtude da crise econômica instaurada, tanto nacional quanto internacionalmente, a Codemig teve seus resultados reduzidos no exercício de 2016. Seu principal efeito ocorreu na queda de 7% na receita da participação na SCP, em conjunto com a CBMM. O aumento de custos, despesas e investimentos realizados no exercício de 2016, que tiveram o intuito de manutenção da operação e desenvolvimento da operação e do mercado de nióbio, somados à redução da receita, levaram a uma queda de 23% na participação da Codemig representando redução nos resultados da Empresa, comparativamente aos exercícios de 2015 e 2016, em R\$ 201 milhões.

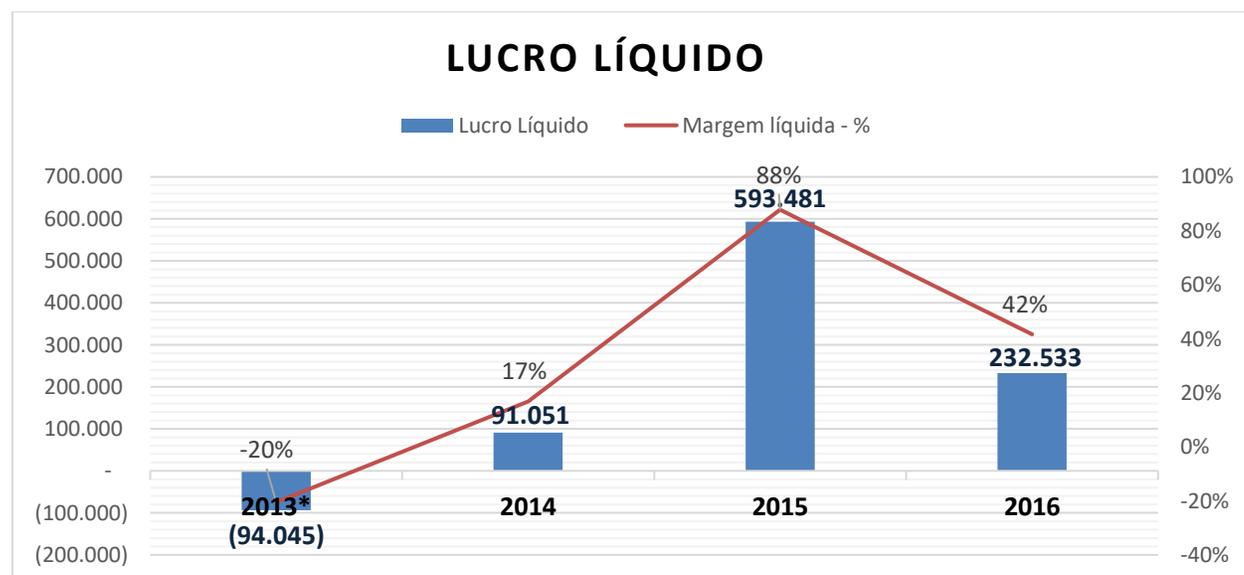
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Relatório da administração



A outra redução relevante, se comparados os resultados de 2015 e 2016, decorre da receita não recorrente advinda da devolução de recursos de convênios, no montante de R\$ 156 milhões, ocorrida apenas no exercício de 2015.

Como parte dos fatos influenciadores do resultado, e em especial do EBITDA, podemos mencionar também a influência da depreciação da ordem de R\$44 milhões em 2015 da Cidade Administrativa, imóvel relevante no ativo da Codemig transferido ao Estado de Minas Gerais em dezembro do referido ano, conseqüentemente, não depreciado no exercício de 2016.



* O lucro de 2013 foi impactado pelo *impairment* da Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais, posteriormente revertido e reapresentado apenas para o ano de 2014.

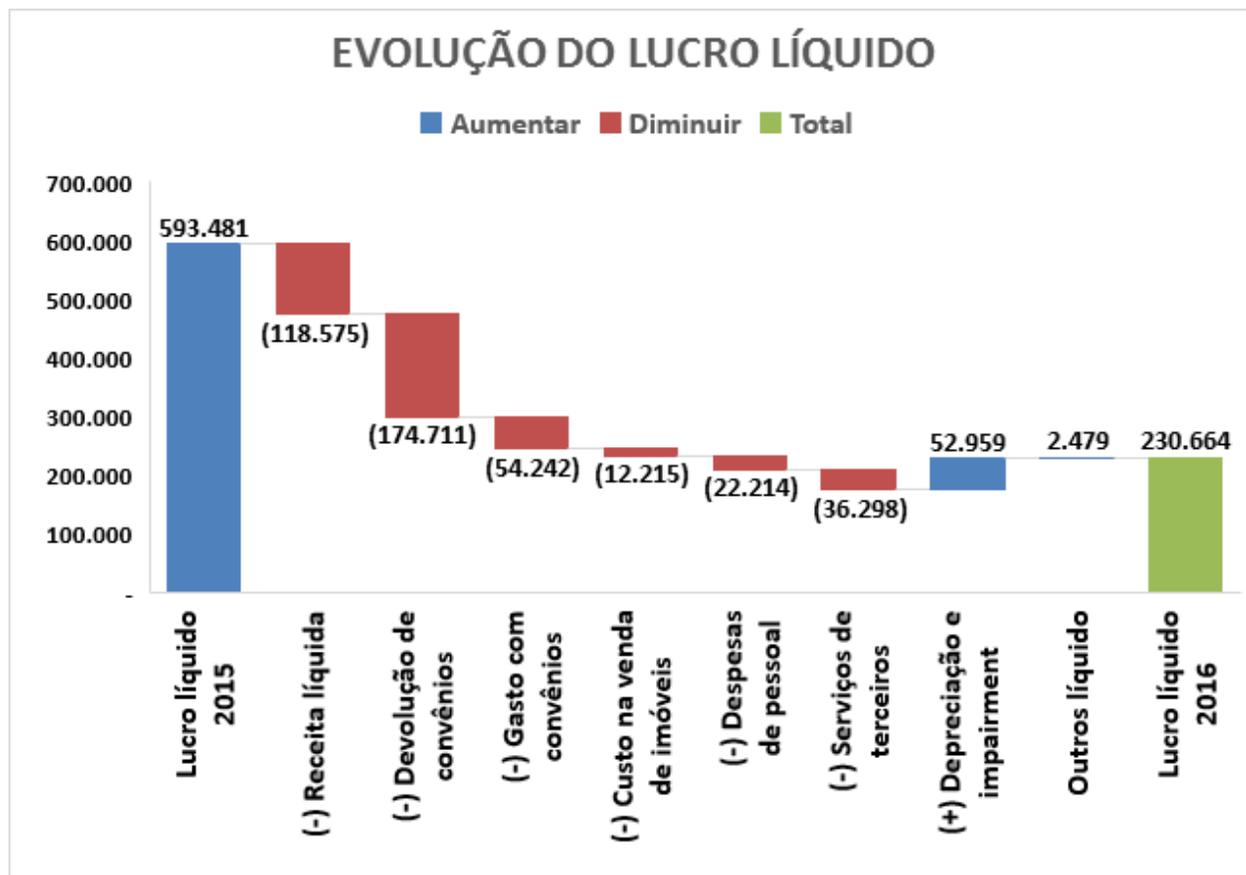
Em relação à dívida da Companhia, é importante destacar a redução das garantias das debêntures obtida a partir de negociação e pagamento de prêmio aos debenturistas. A administração entende que a referida

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Relatório da administração

liberação das garantias é vantajosa à Empresa, considerando que possibilita a utilização das garantias liberadas em uma eventual captação de novos recursos financeiros.

Cabe considerar ainda que, mesmo com os expressivos desembolsos no ano, a posição financeira da Codemig está dentro das expectativas da administração, tendo a Empresa cumprido todos os índices de endividamento líquido e bruto, tanto no decorrer do ano, quanto no fechamento do exercício.



PERSPECTIVAS 2017

No exercício de 2017, será dada continuidade a ações relevantes para o crescimento da empresa e o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais, alinhadas aos macros objetivos do Governo de Minas Gerais. A administração buscará concluir obras de caráter relevante e em fase de conclusão. Iniciará também o desenvolvimento de novos projetos, com investimentos nas áreas da economia criativa, em energia alternativa e ações potencializadoras, e convergentes às políticas públicas firmadas pelo Estado e comprometidas com o progresso do ambiente econômico mineiro.

A atuação da Codemig permanecerá focada em setores estratégicos, além de buscar novas interações com novos materiais, eletroeletrônica, semicondutores, sustentabilidade e meio ambiente, infraestrutura e logística, automotivo, mobilidade urbana, inovação e base tecnológica, químico, indústria criativa, esporte e turismo, e óleo e gás. Dessa maneira a Codemig convergirá seus esforços e recursos, diretamente e indiretamente, em investimentos de alavancagem do desenvolvimento econômico, fortalecendo as funções alocativa, distributiva e de equilíbrio econômico para o Estado, melhorando a vida dos mineiros.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Relatório da administração

Além dos novos negócios, a administração está comprometida com a melhor utilização e melhor retorno do bem público já investido e, nesse sentido, elaborou editais de parceria com a iniciativa privada, seja por meio de cessão onerosa ou na formação de nova Sociedade em Conta de Participação, para que a iniciativa privada, com a *expertise* operacional e comercial adequada, possa explorar os ativos públicos com maior eficiência e efetividade. A operação por parte de um parceiro privado visa repassar à entidade pública, em questão a própria Codemig, retornos maiores do que a mesma obteria em sua tentativa de operacionalização. Como editais propostos, podemos exemplificar a utilização de ativos imobiliários e de eventos como o Minascentro e o Expominas Belo Horizonte, assim como os ativos minerários, como as fontes de águas do Circuito das Águas de Caxambu e Cambuquira.

Os estudos geológicos terão sua continuidade garantida, melhorando o conhecimento que a Companhia gera em relação ao potencial mineral do Estado, além de gerar novas e potenciais aplicações minerais com os atuais estudos em curso - terras raras e MGgrafeno. Para esses dois projetos de desenvolvimento, a Codemig está buscando recursos junto à esfera federal, por meio da linha de crédito do BNDES “Inova Mineral”. Essa linha de crédito pretende reduzir a necessidade de aporte do capital público estadual e dividir com o Governo Federal os investimentos na área de mineração do Estado, o que permitirá à Empresa diversificar melhor os investimentos.

Na atuação da Indústria Criativa, a Codemig está elaborando editais para patrocinar eventos audiovisuais, gastronômicos e musicais. Como exemplo, destacam-se os seguintes eventos: MAX – Minas Gerais Audiovisual Expo, previsto para agosto deste ano; Semana Internacional do Café, previsto para outubro; Megaleite, previsto para junho; além da entrada em operação da Casa da Gastronomia, que será instalada na antiga Casa de Correção, região Centro-Sul de Belo Horizonte. O imóvel, que integra o Centro Cultural Presidente Itamar Franco, foi completamente restaurado pela Codemig, sendo que este novo espaço receberá atividades de promoção, divulgação e capacitação em gastronomia e culinária mineira, além de eventos, oficinas, cursos, exposições e demonstrações. A Casa contará ainda com um espaço expositivo da gastronomia mineira, servindo como ponto de divulgação e difusão da culinária de diversas regiões de Minas Gerais.

A Empresa ainda terá o grande desafio de adequar processos, controles, procedimentos e estrutura de governança corporativa e de licitações às disposições da Lei 13.303, “Lei das Estatais”. Ao longo de 2016, a Codemig trabalhou o referido assunto, buscando, por meio de técnicas de gestão da mudança, obter uma transição adequada entre os processos a serem alterados em 2017

O ano de 2017 será, novamente, um ano de muito trabalho, considerando os diversos projetos em andamento realizados pela Companhia. A administração e toda equipe da Codemig acreditam que, com trabalho e empenho, o Estado de Minas Gerais expandirá seus horizontes e alcançará o desenvolvimento planejado, com uma economia moderna, dinâmica e diversificada.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Balço patrimonial Em milhares de reais

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	517.909	662.269	519.273	664.202
Títulos e valores mobiliários	6	66.375	116.546	66.379	117.735
Contas a receber	7	60.298	58.115	61.598	59.696
Estoques		-	-	1.387	565
Dividendos a receber	8	1.953	3.226	4.236	3.226
Impostos e contribuições a recuperar	9	10.619	13.295	11.585	13.916
Outros ativos circulantes		465	183	583	290
Total do ativo circulante		657.619	853.634	665.041	859.630
Não circulante					
Impostos e contribuições a recuperar	9	15.294	12.607	15.585	12.607
Depósitos judiciais	10	28.080	27.855	28.100	27.910
Estoque de imóveis a comercializar	11	29.880	36.973	29.880	36.973
Outros ativos financeiros	12.1	187.051	193.952	187.594	232.503
Partes relacionadas	15	21.651	-	17.992	-
		281.956	271.387	279.151	309.993
Investimentos	12.2	358.657	125.019	347.706	71.068
Imobilizado	13	912.238	903.513	929.456	921.567
Intangível	14	10.035	443	10.035	443
		1.280.930	1.028.975	1.287.197	993.078
Total do ativo não circulante		1.562.886	1.300.362	1.566.348	1.303.071
Total do ativo		2.220.505	2.153.996	2.231.389	2.162.701

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Balanço patrimonial Em milhares de reais

Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Circulante					
Contas a pagar	16	229.907	268.305	230.885	268.807
Empréstimos e financiamentos	17	116.961	117.638	116.961	117.638
Tributos a recolher	18	3.608	3.163	4.025	3.762
Salários e encargos sociais	19	10.116	6.544	16.832	7.199
Dividendos a pagar	22	55.027	367	55.027	367
Adiantamentos e cauções recebidas	20	-	-	1.259	2.425
Outras contas a pagar		1.221	196	1.297	247
Total do passivo circulante		416.840	396.213	426.286	400.445
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	330.855	444.315	330.855	444.315
Adiantamentos e cauções recebidas	20	88.561	49.539	88.850	50.374
Imposto diferido	28	133	-	133	-
Provisão para contingências	21	21.379	17.235	21.719	17.235
Passivo financeiro	12.1	-	-	-	1.696
Outros passivos não circulantes		11	-	143	244
Total do passivo não circulante		440.939	511.089	441.700	513.864
Total do passivo		857.779	907.302	867.986	914.309
Patrimônio líquido					
	22				
Capital social		845.430	794.158	845.430	794.158
Reserva de capital		25.180	-	25.180	-
Ajustes de avaliação patrimonial		13.013	439	13.013	439
Reservas de lucro		479.103	452.097	479.103	452.097
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia		1.362.726	1.246.694	1.362.726	1.246.694
Participação dos não controladores		-	-	677	1.698
Total do patrimônio líquido		1.362.726	1.246.694	1.363.403	1.248.392
Total do passivo e patrimônio líquido		2.220.505	2.153.996	2.231.389	2.162.701

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto lucro por ação

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Receita líquida	23	542.371	664.803	557.257	675.832
Custo dos produtos e imóveis vendidos e serviços prestados	23	(12.215)	-	(17.778)	(3.689)
Lucro bruto		530.156	664.803	539.479	672.143
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	24	(191.645)	(185.883)	(217.533)	(202.005)
Gastos com convênios	25	(96.953)	(42.711)	(96.953)	(42.711)
Resultado com participações societárias	12.2	(12.218)	(4.137)	2.343	1.350
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	11.767	179.318	12.178	179.318
		(289.049)	(53.413)	(299.965)	(64.048)
Lucro antes do resultado financeiro		241.107	611.390	239.514	608.095
Receitas financeiras	27	78.713	76.561	79.553	79.582
Despesas financeiras	27	(88.135)	(93.773)	(88.270)	(93.786)
Resultado financeiro		(9.422)	(17.212)	(8.717)	(14.204)
Lucro antes do IRPJ/CSLL		231.685	594.178	230.797	593.891
IRPJ/CSLL corrente e diferido	28	-	-	(133)	(410)
Lucro líquido do exercício		231.685	594.178	230.664	593.481
Atribuível à:					
Acionistas da Companhia				231.685	594.178
Participação dos não controladores				(1.021)	(697)
				230.664	593.481
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expressos em R\$ por ação)					
Lucro básico e diluído por ação – R\$				1.930,26	2.725,62

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Lucro líquido do exercício		231.685	594.178	230.664	593.481
Ganho / (perda) de valor justo	12.1	678	-	(179)	-
Tributos diferidos sobre variações de valor justo		(145)		147	
Baixa da reserva atuarial		(439)	-	(439)	-
Ajuste de avaliação patrimonial reflexo de coligadas e controladas	12.2	12.480	-	13.045	-
Resultado abrangente total do exercício		<u>244.259</u>	<u>594.178</u>	<u>243.238</u>	<u>593.481</u>
Atribuível à:					
Acionistas da Companhia				244.259	594.178
Participação dos não controladores				<u>(1.021)</u>	<u>(697)</u>
				<u>243.238</u>	<u>593.481</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de lucros		Lucros/ (prejuízos acumulados)	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
				Reserva legal	Reserva de lucros				
Em 1º de janeiro de 2015	1.722.925	-	439	-	-	(142.081)	1.581.283	2.395	1.583.678
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	594.178	594.178	(697)	593.481
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	594.178	594.178	(697)	593.481
Constituição de reservas (Nota 22)	-	-	-	22.692	429.405	(452.097)	-	-	-
Aumento de capital (Nota 22)	171.891	-	-	-	-	-	171.891	-	171.891
Redução de capital (Nota 22)	(1.100.658)	-	-	-	-	-	(1.100.658)	-	(1.100.658)
Em 31 de dezembro de 2015	794.158	-	439	22.692	429.405	-	1.246.694	1.698	1.248.392
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	231.685	231.685	(1.021)	230.664
Outros resultados abrangentes									
Ganho líquido de valor justo	-	-	533	-	-	-	533	-	533
Baixa da reserva atuarial	-	-	(439)	-	-	-	(439)	-	(439)
Ajuste de avaliação patrimonial de coligadas (Nota 12.2)	-	-	12.480	-	-	-	12.480	-	12.480
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	12.574	-	-	231.685	244.259	(1.021)	243.238
Outras mutações do patrimônio líquido									
Aumento de capital (Nota 22)	51.272	-	-	-	-	-	51.272	-	51.272
Ágio na emissão de ações (Nota 22)	-	25.180	-	-	-	-	25.180	-	25.180
Constituição de reservas (Nota 22)	-	-	-	11.584	165.074	(176.658)	-	-	-
Constituição de dividendos (Nota 22)	-	-	-	-	(150.001)	(55.027)	(205.028)	-	(205.028)
Reversão de dividendos prescritos (Nota 22)	-	-	-	-	349	-	349	-	349
Em 31 de dezembro de 2016	845.430	25.180	13.013	34.276	444.827	-	1.362.726	677	1.363.403

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	231.685	594.178	230.797	593.891
Ajuste de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro antes do imposto com o fluxo de caixa:				
Depreciação e amortização	12.376	59.541	13.546	60.448
Provisão / (reversão) para perda por redução ao valor recuperável de ativos	(6.557)	4.696	(6.557)	4.696
Provisão / (reversão) de provisão para perda por créditos de liquidação duvidosa	(3.861)	(27)	(3.861)	(232)
Provisão para litígios	1.084	1.335	1.084	1.049
Receitas financeiras	(9.345)	(15.061)	(9.607)	(17.125)
Despesas financeiras	88.339	93.316	88.525	93.316
Valor residual de imobilizado baixado	2.456	1.465	2.546	1.460
Valor de estoques de imóveis vendidos	17.389	-	17.389	-
Resultado de equivalência patrimonial	12.218	4.137	(2.343)	(1.350)
Variações em provisões, benefícios e incentivos	4.771	154	11.098	154
Ajustes de capital de giro				
Redução nas contas a receber	1.678	1.118	1.959	2.955
Aumento de estoques	-	-	(822)	-
Aumento dos impostos e contribuições a recuperar	1.732	(252)	1.186	(75)
Aumento de estoque de imóveis	(5.204)	-	(5.204)	-
Aumento de depósitos judiciais	(225)	(17.148)	(190)	(16.903)
Aumento de outros ativos	(282)	(182)	(293)	(238)
Aumento / (redução) nas contas a pagar	(38.398)	53.035	(37.922)	53.115
Aumento / (redução) dos tributos a recolher	532	(818)	638	(779)
Aumento de salários e encargos sociais	416	1.259	490	1.204
Aumento de adiantamentos de clientes	39.022	49.539	37.310	51.055
Redução do passivo atuarial	-	(1.993)	-	(1.993)
Aumento (redução) de outras contas a pagar	1.025	(444)	806	(279)
Juros pagos	(84.150)	(91.269)	(84.285)	(91.269)
Fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais	266.701	736.579	256.290	733.100
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aporte em aplicações financeiras	(264.000)	(352.881)	(266.906)	(426.319)
Resgate em aplicações financeiras	320.795	313.914	325.214	403.849
Aquisição de imobilizado	(22.076)	(179.492)	(22.500)	(180.059)
Aquisição de investimento em coligadas	-	-	(147.288)	(69.699)
Aporte de capital em controladas e coligadas	(167.955)	(90.196)	(15.854)	-
Aporte em instrumentos financeiros	(10.500)	(1.996)	(11.900)	(38.851)
Custos de desenvolvimento	(8.747)	-	(8.747)	-
Aquisição de direitos contratuais	(860)	-	(860)	-
Mútuo com controladas	(3.455)	-	-	-
Dividendos recebidos	103	1.799	1.988	1.799
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(156.695)	(308.852)	(146.853)	(309.280)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Amortização do principal das debêntures	(115.080)	(115.080)	(115.080)	(115.080)
Dividendos pagos	(139.286)	-	(139.286)	-
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(254.366)	(115.080)	(254.366)	(115.080)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	(144.360)	312.647	(144.929)	308.740
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	662.269	349.622	664.202	355.462
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	517.909	662.269	519.273	664.202
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	(144.360)	312.647	(144.929)	308.740

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas				
Receita SCP	737.578	937.760	737.578	937.760
Vendas brutas com vendas, serviços, locações e arrendamentos	70.900	42.097	87.946	54.547
Outras receitas	13.598	182.151	13.989	182.151
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/(constituição)	584	108	191	108
	<u>822.660</u>	<u>1.162.116</u>	<u>839.704</u>	<u>1.174.566</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos produtos e imóveis vendidos e serviços prestados	(12.215)	-	(18.139)	(3.689)
Custos de publicidade	(21.227)	(19.424)	(21.269)	(19.440)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(101.137)	(63.389)	(110.722)	(69.222)
Gastos com convênios	(96.953)	(42.710)	(96.953)	(42.710)
Perda/recuperação de valores ativos	1.466	(4.696)	1.466	(4.625)
	<u>(230.066)</u>	<u>(130.219)</u>	<u>(245.617)</u>	<u>(139.686)</u>
Valor adicionado bruto	<u>592.594</u>	<u>1.031.897</u>	<u>594.087</u>	<u>1.034.880</u>
Depreciação e amortização	<u>(12.376)</u>	<u>(59.533)</u>	<u>(13.525)</u>	<u>(60.335)</u>
Valor adicionado líquido produzido	<u>580.218</u>	<u>972.364</u>	<u>580.562</u>	<u>974.545</u>
Valor adicionado recebido em transferência				
Participação nos lucros de controladas e coligadas	(12.218)	(4.137)	2.343	1.350
Receitas financeiras	78.713	76.561	79.757	79.581
Outras	1.417	4.055	1.415	4.055
Valor adicionado total a distribuir	<u>648.130</u>	<u>1.048.843</u>	<u>664.077</u>	<u>1.059.531</u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal - remuneração direta	(36.874)	(25.549)	(48.004)	(30.574)
Pessoal - benefícios	(6.738)	(5.213)	(8.129)	(6.692)
FGTS	(3.940)	(1.978)	(4.341)	(2.469)
Impostos, taxas e contribuições	(279.435)	(325.849)	(282.900)	(329.418)
Federais	(276.961)	(322.935)	(279.885)	(326.471)
Estaduais	(615)	(850)	(1.115)	(856)
Municipais	(1.859)	(2.064)	(1.900)	(2.091)
Juros e variações cambiais	(88.589)	(95.622)	(89.006)	(95.635)
Alugueis	(869)	(454)	(1.033)	(931)
Juros sobre capital próprio e dividendos	(55.027)	-	(55.027)	-
Lucros retidos	<u>(176.658)</u>	<u>(594.178)</u>	<u>(175.637)</u>	<u>(593.812)</u>
Valor adicionado distribuído	<u>(648.130)</u>	<u>(1.048.843)</u>	<u>(664.077)</u>	<u>(1.059.531)</u>

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG (“Companhia” ou “Codemig”) é uma entidade pública, com sede na cidade de Belo Horizonte, organizada sob a forma de sociedade por ações, e controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais (“Governo de MG”).

A Companhia tem por objeto social promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais mediante a atuação, em caráter complementar, voltada para o investimento estratégico em atividades, setores e empresas que tenham grande potencial de assegurar de forma perene e ambientalmente sustentável, o aumento da renda e do bem-estar social e humano de todos os mineiros, especialmente nas áreas de: (i) mineração e metalurgia (ii) energia, infraestrutura e logística; (iii) eletroeletrônica e de semicondutores e telecomunicações; (iv) aeroespacial, automotiva, química, de defesa e de segurança; (v) medicamentos e produtos do complexo de saúde; (vi) biotecnologia e meio ambiente; (vii) novos materiais, tecnologia de informação, ciência e sistemas da computação e software; e (viii) indústria criativa, esporte e turismo.

(a) Objeto social

Visando atingir o seu objeto social, a Codemig está autorizada atuar de forma à: (i) promover desapropriação, constituir servidão, adquirir, alienar, permutar, arrendar, locar, doar ou receber terrenos e imóveis, destinados à implantação de indústrias, empresas ou atividades correlacionadas a seu objeto; (ii) firmar contrato ou convênio de cooperação técnica e econômica; (iii) participar em empreendimento econômico com empresas estatais ou privadas, mediante contrato de parceria e subscrição do capital social; (iv) participar em instituições e fundos financeiros legalmente constituídos; (v) adquirir, permutar, converter ou alienar valores mobiliários de qualquer natureza emitidos por empresas de capital público, misto ou privado, inclusive mediante utilização de debêntures ou outros instrumentos conversíveis ou não em participação societária; (vi) realizar a contratação ou a execução de projeto, obra, serviço ou empreendimento, incluindo estrada, centro de exposição, feira, evento e convenção, bem como seus serviços e equipamentos; (vii) realizar a pesquisa, a lavra, o beneficiamento, a exploração, a produção e a industrialização, o escoamento e qualquer forma de aproveitamento econômico de substância mineral ou hidromineral, como petróleo e gás natural, recursos hídricos, direta ou indiretamente; (viii) realizar a implantação e a operação de área industrial planejada e de áreas destinadas à implantação de empresas, bem como contratar estudos e projetos de industrialização, em consonância com a legislação municipal e ambiental; (ix) participar em empresa privada dos setores minerossiderúrgico e metalúrgico, com a qual mantenha parceria; (x) fomentar projetos nas áreas de ciência, tecnologia, pesquisa e inovação; (xi) desenvolver empreendimentos, cujas atividades incorporem novas tecnologias; (xii) contratar de parceria público-privada; (xiii) proteger e a preservar mananciais em estâncias minerais de que detenha a concessão; (xiv) construir e administrar, direta ou indiretamente, prédios e instalações relacionados com hotelaria e turismo, bem como promover programas, projetos e ações de apoio e incentivo ao turismo no Estado de Minas Gerais; (xv) realizar a gestão patrimonial dos bens imóveis do Estado de Minas Gerais; (xvi) realizar operações visando o desenvolvimento de projetos e empreendimentos de empresas privadas com importância e relevância para a economia do Estado; e (xvii) efetuar operação de captação de recursos financeiros.

(b) Sociedade em Conta de Participação com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM

A Companhia apresenta como principal fonte de recursos a participação em uma Sociedade em Conta de Participação (“SCP”), com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (“CBMM”) que visa explorar os direitos minerários detidos pela Companhia no município de Araxá – MG para exploração de Nióbio.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Uma SCP é uma reunião de pessoas físicas ou jurídicas para a produção de um resultado comum, operando sob a responsabilidade integral de um “sócio ostensivo”, no caso, a CBMM. É o sócio ostensivo quem pratica todas as operações em nome da SCP, registrando-as contabilmente como se fossem suas, porém identificando-as para fins de partilha dos respectivos resultados. A Companhia, como “sócio participante”, recebe mensalmente o montante equivalente a 25% dos resultados da SCP.

Os “sócios participantes” integrantes, que não o “sócio ostensivo”, não tem participação na gestão dos negócios da SCP, apenas nos resultados gerados, se obrigando somente perante o sócio ostensivo. A SCP não adquire personalidade jurídica.

Pelo fato das operações da SCP serem a principal fonte de recursos da Companhia, seus resultados são apresentados diretamente na receita líquida. Os recursos obtidos junto a SCP são aplicados conforme as diretrizes do estatuto da Companhia, visando o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais.

(c) Informações sobre empresas controladas

Com objetivo de cumprir com as novas diretrizes do Planejamento Estratégico do Governo de MG, a Codemig, por meio da sua subsidiária integral Codemig Participações (“Codepar”) – antiga Codegás, está investindo recursos em áreas chave do desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais através da aquisição de participação, sem obtenção de controle, de empresas sediadas em Minas Gerais, seja diretamente ou por meio de fundos de investimento em participações.

Em julho de 2016 foi promulgada a Lei Estadual 22.287/2016 que autoriza a extinção da Companhia Mineira de Promoções (“Prominas”), na qual a Codemig possui controle acionário – 90,59% das ações. Em AGE realizada em 03 de novembro de 2016, os sócios da Prominas aprovaram, por unanimidade, sua extinção por liquidação. As principais atividades da PROMINAS, representadas pela gestão e exploração da Expominas BH e pelo espaço de feiras e eventos Minascentro não serão descontinuados, mesmo após a extinção da controlada. Essas atividades serão assumidas pela CODEMIG.

Além de autorizar a extinção da Prominas, a referida lei estadual incumbiu à Codemig a atribuição de manter, em conjunto com o BDMG, parte dos custos e despesas do Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais (“Indi”), considerando sua natureza complementar no desenvolvimento econômico do Estado.

(d) Reapresentação

Em dezembro de 2017, foi aprovado pelo Plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais o Projeto de Lei nº 4.827/17, que autoriza o Poder Executivo a transformar a Codemig em sociedade de economia mista.

Em conexão com o registro dessa Companhia na Comissão de Valores Mobiliários, essas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 contemplam divulgações e classificações típicas de empresas com registro junto a essa autarquia, refletindo divulgações requeridas e/ou melhorias. Portanto, essas demonstrações financeiras diferem, nesses aspectos, das anteriormente emitidas para essa mesma data base.

(e) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Codemig e suas controladas (“o Grupo”), tiveram sua emissão aprovada pela administração da Companhia em 05 de abril de 2018.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 2.5.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, e certos outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, o Grupo leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

Além disso, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- informações de Nível 1: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração.
- informações de Nível 2: são informações que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- informações de Nível 3: são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2016.

Ativos	Controladora			Saldo total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Disponível para venda				
FIDC	-	11.091	-	11.091
Total do ativo	-	11.091	-	11.091
				Consolidado
Ativos	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Disponível para venda				
FIDC	-	11.091	-	11.091
FIP Aerotec	-	543	-	543
Total do ativo	-	11.634	-	11.634

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.7.

A administração, durante o seu processo decisório e de análise da operação, não distingue os segmentos de negócio que compõem o Grupo considerando seu papel essencial como fomentador de atividades econômicas no Estado de Minas Gerais, logo seus resultados operacionais não influenciam os recursos que serão alocados em cada segmento e sua avaliação de desempenho.

2.1 Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e *joint ventures* nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

2.2 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

(a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2016. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida; e
- a capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto ou semelhantes de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- o acordo contratual com outros detentores de voto da investida;
- direitos originados de acordos contratuais; e
- os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia.

O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando o Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas práticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é dada baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem:

Controladas	Principal atividade	% participação	
		2016	2015
CODEPAR - Codemig Participações S.A.	Investimentos em parcerias de desenvolvimento	100	100
CODEÁGUAS Águas Minerais	Extração e comércio de água mineral	99	-
PROMINAS - Cia. Mineira de Promoções	Locação de instalações	91	91

2.3 Investimento

(a) Coligadas

Coligada é uma entidade sobre a qual o Grupo exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas.

As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa ou controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os investimentos do Grupo em suas coligadas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação do Grupo no patrimônio líquido da coligada a partir da data de aquisição. O ágio relativo às coligadas é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem separadamente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

A demonstração do resultado reflete a participação do Grupo nos resultados operacionais das coligadas. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes do Grupo. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da coligada, o Grupo reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre o Grupo e as coligadas são eliminados em proporção à participação na respectiva coligada.

As demonstrações financeiras das coligadas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o do Grupo. Quando necessário, são feitos ajustes para que as práticas contábeis fiquem alinhadas com as do Grupo. Independentemente disso, a defasagem máxima entre as datas de encerramento das demonstrações da coligada e do Grupo não será superior a dois meses.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, o Grupo determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento do Grupo em suas coligadas. O Grupo determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento nas coligadas sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, o Grupo calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável das coligadas e o valor contábil e reconhece a perda na rubrica “Resultado com participações societárias”, na demonstração do resultado.

Ao perder influência significativa sobre a coligada, o Grupo mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação serão reconhecidos no resultado.

Ágio

O ágio (*goodwill*) resulta da aquisição/participação em coligadas e representa o excesso da contraprestação transferida se comparado à participação no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida. Caso o total da contraprestação transferida seja menor do que a participação no valor justo dos ativos líquidos da coligada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo detém participação nas seguintes coligadas:

Coligadas	Principal atividade	% participação	
		2016	2015
COMIPA - Cia. De Mineração Pirocloro de Araxá	Mineração de nióbio	51	51
IAS - Indústria de Aviação e Serviços	Mecânica aeroespacial	15	15
Helibrás - Helicópteros do Brasil	Aeroespacial	16	6
BMI – Banco Mercantil de Investimentos	Banco de investimentos	59	-
Vodafone Brasil – Datora Mobile	Telecomunicações móvel	43	-

2.4 Classificação corrente versus não corrente

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera liquidá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.5 Principais práticas contábeis

(a) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo, quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir:

Participação na SCP com a CBMM

A receita é reconhecida quando o direito de o Grupo receber o pagamento da operação da SCP for mensurado e informado, o que ocorre usualmente em bases mensais, pela Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração - CBMM (sócia ostensiva).

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Receita de aluguel

A receita de aluguel resultante de arrendamentos mercantis operacionais dos imobilizados é contabilizada de forma linear ao longo do prazo dos compromissos de arrendamento mercantil.

Venda de produtos

A receita da venda de *vouchers* de viagem dos voos do Projeto Voe Minas Gerais e de comércio de água mineral é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre quando o transporte aéreo é prestado (*check-in*) ou na entrega do produto. A receita de venda de mercadorias é mensurada ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de retornos e subsídios, descontos comerciais e descontos por volume.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Dividendos

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito do Grupo de receber dividendos.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; três meses ou menos, a contar da data da contratação.

(c) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado; (ii) empréstimos e recebíveis; (iii) investimentos mantidos até o vencimento; (iv) ativos financeiros disponíveis para venda; ou (v) derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. Os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o bem.

Os ativos financeiros do Grupo incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos, outros ativos financeiros e outros ativos não circulantes.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende de sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos - taxa de juros efetiva - menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Títulos de dívida nessa categoria são aqueles que se retende manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado. Aqui estão enquadrados os outros ativos financeiros do Grupo apresentados na Nota 11.

Após a mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados, reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos no resultado do período.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Quanto à participação da Companhia no Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG, a Companhia não obteve controle ou influência significativa no Banco e, portanto, não vem tratando este investimento como investimento em coligada, e sim, como disponível para venda, avaliado ao custo, pelo fato das ações do BDMG não serem cotadas em mercado ativo, conforme permitido pelo CPC 38/IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Este investimento foi classificado como disponível para venda por não se enquadrar nas demais categorias de ativos financeiros conforme previsto no CPC 38/IAS 39. A participação no BDMG foi integralmente transferida na cisão parcial da Codemig ocorrida em 31 de janeiro de 2018 pelo seu valor de custo histórico, vide Nota 30 (g).

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Dividendos sobre investimentos patrimoniais disponíveis para venda são reconhecidos no resultado quando o direito de reconhecimento do Grupo for estabelecido.

(ii) **Redução do valor recuperável de ativos financeiros**

O Grupo avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” ocorrido) e tenham impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, o Grupo inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que sejam individualmente significativos. Se o Grupo concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja, ou continue a ser, reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

O valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas e ainda não ocorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para o Grupo. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Instrumentos financeiros disponíveis para venda

Para instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, o Grupo avalia se há alguma evidência de que o investimento é recuperável a cada data do balanço.

Em caso de evidência de perda por redução ao valor recuperável, a perda acumulada – mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente, menos a perda por redução ao valor recuperável que tenha sido previamente reconhecida no resultado – é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado. Aumentos no valor justo após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado abrangente.

No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a perda por redução ao valor recuperável é avaliada com base nos mesmos critérios utilizados para ativos financeiros contabilizado ao custo amortizado. Contudo, o valor registrado por perda por redução ao valor recuperável é a perda cumulativa mensurada pela diferença entre o custo amortizado e o valor justo corrente, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável no investimento previamente reconhecida na demonstração do resultado.

Juros continuam a ser computados pela taxa de juros efetiva utilizada para descontar o fluxo de caixa futuro para a perda por redução ao valor recuperável sobre o valor contábil reduzido do ativo. A receita de juros é registrada como receita financeira. Quando, em um exercício subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida aumentar e esse aumento puder objetivamente ser relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável da demonstração do resultado, a perda por redução ao valor recuperável é mantida na demonstração do resultado.

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos ou como derivativos. O Grupo determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros do Grupo incluem contas a pagar, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Estoque de imóveis a comercializar

Representam terrenos e edificações com intenção de venda pelo Grupo. Estão registrados pelo seu custo de aquisição e na medida em que são alienados compõem o resultado nos custos de imóveis vendidos na parcela do custo que foi alienada. Tais ativos são representados substancialmente pelos distritos industriais advindos da incorporação da Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais – CDI no momento de criação da Codemig.

São avaliados ao custo histórico ou valor líquido realizável, dos dois o menor. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão, se em andamento, e os custos estimados necessários para a realização da venda.

(e) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital do Grupo. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

(i) *Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura*

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente, com periodicidade específica à cada investimento, ou quando circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

(ii) *Ativos intangíveis*

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, realizado em época do ano específica à cada ativo, mas no mesmo período do ano anterior, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

(f) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis quando aplicável, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos conforme a seguir apresentado:

Prédios e benfeitorias	26 a 82 anos
Equipamentos operacionais	5 a 10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando alienado ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

(g) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Custos de pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os custos de desenvolvimento de um projeto específico são reconhecidos como ativo intangível sempre que se puder demonstrar: (a) a viabilidade técnica de concluir o ativo intangível da forma que estará disponível para uso ou venda; (b) a intenção de concluir o ativo e a habilidade de usar ou vender o ativo; (c) como o ativo gerará benefícios econômicos futuros; (d) a disponibilidade de recursos para concluir o ativo; e (e) a capacidade de avaliar de forma confiável os gastos incorridos durante a fase de desenvolvimento.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo também é testado anualmente.

(h) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

(i) Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo: (i) tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; (ii) é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

(j) Benefícios pós-aposentadoria

O Grupo patrocina o plano CODEMIG PREV, administrado e executado pela LIBERTAS – Fundação Libertas de Seguridade Social, estruturado na modalidade de contribuição definida, o qual requer que contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios do Grupo. O referido plano foi aprovado pelo órgão governamental competente em 01 de outubro de 2013, tendo seu início operacional ocorrido em 01 de novembro de 2013. Atualmente o plano encontra-se fechado para novos participantes tendo em vista que sofreu modificações que estão em análise pela PREVIC.

Todos os benefícios oferecidos pelo plano CODEMIG PREV estão estritamente ligados ao saldo de contas acumulado pelo participante, em virtude das contribuições vertidas por estes e pelo Grupo (patrocinador).

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Tendo em vista que a modalidade do plano de benefícios é contribuição definida, o reconhecimento da obrigação deste plano é direto, não sendo necessário realizar cálculos, devendo as contribuições realizadas no exercício serem reconhecidas como despesas com pessoal. As contribuições do Grupo para planos de benefícios de contribuição definida são debitadas à demonstração de resultados no período a que as contribuições se referem.

(k) Impostos

Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço no país em que o Grupo opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

O Grupo, na revisão de seus ativos fiscais diferidos decorrentes de sucessivos prejuízos fiscais, entende que tal cenário não será revertido em um futuro próximo em suas principais empresas, de modo que o ativo gerado de tal benefício fiscal substancialmente não se encontra apresentado em suas demonstrações.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de impostos que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) em vigor na data do balanço.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Benefícios fiscais adquiridos como parte de uma combinação de negócios, mas que não cumprem os critérios para reconhecimento em separado naquela data, são reconhecidos subsequentemente em caso de novas informações sobre fatos e mudanças nas circunstâncias. O ajuste é tratado como redução no ágio (contanto que não exceda o ágio) se incorrido durante o período de mensuração ou reconhecido no resultado.

(I) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual o Grupo atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo e, também, sua moeda de apresentação.

2.6 Pronunciamentos emitidos mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

(i) IFRS 15/CPC 47 – Receita de contrato com cliente

Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 10 de janeiro de 2018 e substitui o CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

A administração entende que as novas orientações do IFRS15/CPC 47 não trarão impacto significativo na mensuração e no reconhecimento das receitas do Grupo tendo em vista a similaridade do momento de transferência de controle e de riscos e benefícios de suas receitas e pela ausência de complexidade na identificação e mensuração do valor de suas receitas.

(ii) IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros

Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 10 de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A administração está concluindo sua avaliação da nova norma, mas não espera impacto relevante pela adoção do novo modelo de *impairment* para ativos financeiros. Considerando que em 31 de dezembro de 2017 o Grupo não possui transações que envolvam contabilização de *hedge*, as alterações provenientes das normas que envolvem contabilização de *hedge* não impactarão o Grupo.

Atualmente a Codemig reconhece a mensuração das suas ações no Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (“BDMG”) pelo seu custo histórico, levando em consideração que tais instrumentos patrimoniais não possuem preço de mercado cotado em mercado ativo e seu valor justo não pode ser confiavelmente medido. A cisão ocorrida em 31 de janeiro de 2018 concretizou a realização da participação do Grupo no BDMG pelo seu valor de custo, como mencionado na Nota 30(g).

(iii) IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil

Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos da adoção e desenhando os novos processos que envolvem as novas orientações dessa norma.

2.7 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, envolvem as seguintes contas contábeis: provisão para perdas prováveis de contas a receber, expectativa de realização de impostos a recuperar, imóveis a comercializar, investimentos e ativo imobilizado, avaliação da necessidade de provisões para riscos, estimativa da reserva atuarial, entre outros.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Taxas de vida útil do ativo imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de empresas contratadas e engenheiros do Grupo, que são revisados regularmente. A administração acredita que a vida útil esteja corretamente avaliada e apresentada nas demonstrações financeiras.

(b) Custos de desenvolvimento

Custos de desenvolvimento são capitalizados de acordo com a prática contábil descrita na Nota 2.5 (g). A capitalização inicial de custos é baseada no julgamento da administração de que a viabilidade tecnológica e econômica será confirmada, geralmente quando um projeto de desenvolvimento de produto tenha alcançado um determinado ponto seguindo um modelo estabelecido de gestão de projeto. Ao determinar os valores a serem capitalizados, a administração adota premissas sobre a geração futura

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de caixa esperada do projeto, taxas de desconto a serem aplicadas e o período esperado dos benefícios. Em 31 de dezembro de 2016, o valor contábil dos custos de desenvolvimento capitalizados era de R\$8.747 (zero em 31 de dezembro de 2015). Vide Nota 13.

(c) Provisões para riscos litigiosos

O Grupo reconhece provisão para causas litigiosas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquias das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

(d) Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

O reconhecimento do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura em coligadas está em consonância com a Nota 2.3 (a). A metodologia utilizada para os testes de impairment foi a de fluxo de caixa descontado. Os testes consistem na análise da rentabilidade dos investimentos, avaliando os resultados apurados das investidas e as projeções de orçamentos dos anos futuros disponibilizados pela administração respectiva de cada investida.

Na elaboração dos testes do valor recuperável dos ativos da Companhia, foram consideradas premissas específicas relativas aos fluxos operacionais e de investimentos de cada uma das empresas, que variam de acordo com a realidade de demanda dos seus mercados, taxas de utilização da capacidade instalada, necessidade de investimentos, oportunidades de otimização, entre outros fatores. Essas premissas relativas às projeções operacionais refletem as perspectivas e iniciativas contidas nos planos de negócios de cada investida.

Empresas	Variação anual da receita líquida					
	2017	2018	2019	2020	2021	2022
IAS	121,1%	122,6%	24,8%	25,1%	25,1%	25,0%
Helibrás	9,1%	12,3%	21,1%	22,4%	9,3%	0,0%
Vodafone	52,1%	23,8%	25,1%	63,4%	69,3%	4,1%

Em relação aos custos e despesas, foi considerado um crescimento nominal com base na taxa de inflação e no aumento das vendas para os próximos anos.

Empresas	Variação anual dos custos e das despesas					
	2017	2018	2019	2020	2021	2022
IAS	66,9%	108,9%	8,7%	22,7%	22,4%	22,6%
Helibrás	30,6%	9,9%	20,2%	21,4%	9,3%	1,3%
Vodafone	14,0%	-10,4%	-9,1%	43,1%	47,8%	4,1%

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A taxa de desconto utilizada foi calculada, entre outros fatores, com base na taxa livre de risco, risco país, prêmio de tamanho e o beta do setor. Também é levada em consideração a estrutura de capital atual de cada uma das investidas, bem como a carga tributária aplicável no capital de terceiros.

O período de tempo utilizado para a elaboração do fluxo de caixa foi de 6 anos uma vez que este é o período utilizado pela Companhia para sua modelagem financeira e consequentes projeções de longo prazo, adicionado um valor de perpetuidade com crescimento nominal médio de 4,0% ao ano para todas as unidades geradoras de caixa das investidas. Vide Nota 11.1.

2.8 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo requer que a administração faça julgamentos críticos e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Os principais julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis estão apresentados a seguir:

(a) Classificação contábil de investimentos

- (i) CODEPAR: A Companhia de Desenvolvimento do Gás de Minas Gerais – CODEGÁS foi sucedida em 2015 pela Codemig Participações S.A. (“Codepar”), que possui como objeto social promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais através de parcerias em empreendimentos econômicos juntamente com empresas estatais e/ou privadas, inclusive por meio de investimentos diretos ou indiretos em participações societárias. Sua operação se viu iniciada a partir da aquisição de participações minoritárias em diversas empresas investidas e em 2016 foram realizados os primeiros investimentos em fundos de investimento em participações. Ressaltamos a manutenção da sua condição anterior como controlada, subsidiária integral da Codemig.
- (ii) CODEÁGUAS: A CODEÁGUAS Águas Minerais (“Codeáguas”) é uma sociedade limitada criada em 28 de fevereiro de 2016 para a extração e comercialização de águas minerais das fontes presentes nos municípios mineiros de Araxá, Cambuquira, Caxambú e Lambari. A sociedade possui a seguinte composição societária: 99% Codemig e 1% Codepar. Teve sua operação iniciada em 1º de maio de 2016 após reassumir os ativos de sua propriedade que anteriormente estavam arrendados à Águas Minerais de Minas Gerais – AGMM, subsidiária integral da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA.
- (iii) PROMINAS: O investimento na Companhia Mineira de Promoções - PROMINAS (“Prominas”) passou a ser tratado como controlada em 2015, por entendimento da administração de que a Codemig possui maioria de ações ordinárias correspondente à 90,59% e o direito de indicação do presidente do Conselho de Administração. Em 2016 a controlada entrou em processo de liquidação extra-judicial, que acarretou na extinção dos seus órgãos de administração. Tal extinção não alterou o exercício de controle tendo em vista o poder de escolha pela Codemig do liquidante da Prominas.

(b) Impostos

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscais futuras.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo apresentou no exercício de 2016 prejuízos fiscais no valor de R\$240.227 (R\$ 24.093 no exercício de 2015). Esses prejuízos referem-se aos prejuízos fiscais de todas as entidades do Grupo, as quais não possuem expectativa de lucros tributáveis em um futuro próximo. Caso o Grupo tivesse uma expectativa de lucro fiscal nos exercícios futuros, um ativo diferido seria reconhecido na proporção de 34% dos lucros projetados, conforme benefício fiscal vigente, capazes de utilizar os prejuízos fiscais constituídos nesse exercício. Dessa maneira a administração julgou que tais ativos diferidos não deveriam ser reconhecidos. Em 31 de dezembro de 2016 o prejuízo fiscal acumulado controlado pela Companhia é de R\$2.657.839 (R\$2.417.612 em 31 de dezembro de 2015). Para conciliação da taxa efetiva dos tributos sobre o lucro, vide Nota 27.

3 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

O Grupo participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é efetuada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O Grupo não aplica em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros equivalem aos valores contábeis dos mesmos.

Conforme descrito abaixo, o Grupo está exposto a diversos riscos financeiros inerentes à natureza de suas operações: risco de liquidez, risco de crédito (concentração) e mercado (risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros).

(a) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade do Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferença dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo que são liquidados em uma base líquida pelo Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2016				
Contas a pagar	229.907	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	116.961	113.460	217.395	-
Adiantamentos e cauções recebidos	-	-	39.022	49.539
Em 31 de dezembro de 2015				
Contas a pagar	268.305	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	117.638	113.460	330.855	-
Adiantamentos e cauções recebidos	-	-	-	49.539
	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2016				
Contas a pagar	230.885	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	116.961	113.460	217.395	-
Adiantamentos e cauções recebidos	1.259	266	39.045	49.539
Em 31 de dezembro de 2015				
Contas a pagar	268.807	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	117.638	113.460	330.855	-
Adiantamentos e cauções recebidos	2.425	714	121	49.539

(b) Risco de crédito e concentração

O risco de crédito está associado primariamente à operação da SCP em conjunto com a CBMM. A substancialidade dos recursos do Grupo é oriunda dessa operação e repassada pela CBMM, fato que gera um risco de concentração. Não há nenhum histórico de perdas significativas registradas em contas a receber desde a constituição do Grupo. Os acordos firmados com a CBMM vêm sendo honrados tempestivamente.

Com relação ao caixa e equivalentes de caixa, os mesmos apresentam baixo risco de crédito, tendo em vista que a maioria das aplicações é de liquidez diária e estão distribuídas entre instituições bancárias e financeiras sólidas, sob a regra de 30% de concentração máxima de recursos em uma única instituição. A política de aplicação do Grupo considera os princípios da boa governança, com vistas a obter o melhor nível de retorno em operações de baixo risco e sem carência ou com prazo de carência curto, tendo em vista o perfil de investimento conservador do Grupo e sua necessidade de liquidez.

(c) Risco de mercado - risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros do Grupo está associado aos empréstimos de longo prazo. O Grupo gerencia o risco de mercado com o objetivo de garantir que suas entidades estejam expostas somente a níveis mínimos de risco dentro do contexto de suas operações. Atualmente o Grupo está exposto principalmente a variação do CDI, índice atrelado à correção das debêntures, seu principal passivo. Por

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

outro lado, os saldos de aplicação financeiras do Grupo são substancialmente atrelados também a este índice, reduzindo os impactos de sua variação. Vale ressaltar que nos últimos exercícios, o Grupo vem apresentando seu saldo de caixa e equivalentes de caixa superior ao saldo da dívida.

3.1 Gestão de capital

A política do Grupo é manter uma sólida base de capital visando manter o seu desenvolvimento futuro pautado pelas diretrizes do seu estatuto social. O Grupo monitora a relação dívida patrimônio e índices vinculados aos *covenants* derivados da 1ª emissão de debêntures da Codemig.

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Total dos empréstimos (Nota 16)	447.816	561.953	447.816	561.953
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(517.909)	(662.269)	(519.273)	(664.202)
(Saldo líquido)/ dívida líquida	(70.093)	(100.316)	(71.457)	(102.249)
Total do patrimônio líquido	1.362.726	1.246.694	1.363.403	1.248.392
Total do capital (Nota 21)	845.430	794.158	845.430	794.158

O Grupo está sujeito a determinadas cláusulas restritivas existentes na Escritura de Emissão das debêntures, cujo descumprimento pode acarretar o vencimento antecipado da dívida, ou seja, o pagamento imediato de todas as obrigações pecuniárias estabelecidas. Entre essas cláusulas, destaca-se o cumprimento de *covenants* ou índices financeiros, que são acompanhados semestralmente pela Codemig e revisados por seus auditores independentes. Dessa maneira, a razão Dívida Líquida/EBITDA, conforme definidos na Escritura, não pode ultrapassar 2,5, a razão Dívida Total/EBITDA, conforme definidos na Escritura, não pode ultrapassar 7,5 e o Grupo não pode assumir novas dívidas cujo valor individual seja superior a R\$100.000. O Grupo não assumiu novas dívidas após a emissão das debêntures. Abaixo, quadro com os *covenants* referentes a 2016:

ÍNDICES

Dívida líquida/EBTIDA (índice máximo de 2,5 vezes)

Descrição	Valor
Dívida líquida	(71.457)
EBTIDA	511.641
(A) = (0,14)	(0,14)
(C)	

Dívida total/EBTIDA (índice máximo de 7,5 vezes)

Descrição	Valor
Dívida total	447.816
EBTIDA	511.641
(B) = 0,88	0,88
(C)	

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os demais itens dispostos na cláusula 6.1 da Escritura estabelecem outras condições cujo descumprimento pode levar ao vencimento antecipado da operação, relacionadas às obrigações pecuniárias e não-pecuniárias assumidas e exigências de caráter societário, como a necessidade de anuência dos debenturistas em caso de alteração no controle acionário da emissora ou na ocorrência de cisões ou fusões da emissora ou da SCP na qual é sócia. Todas as cláusulas restritivas foram atendidas pelo Grupo.

4 Instrumentos financeiros por categoria

Ativos	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	517.909	662.269	519.273	664.202
Títulos e valores mobiliários	66.375	116.546	66.379	117.735
Contas a receber	60.298	58.115	61.598	59.696
Dividendos a receber	1.953	3.226	4.236	3.226
Mútuo	3.274	-	-	-
	<u>649.809</u>	<u>840.156</u>	<u>651.486</u>	<u>844.859</u>
Disponível para venda				
BDMG	175.960	193.952	175.960	193.952
FIDC	11.091	-	11.091	-
FIP Aerotec	-	-	543	-
Vodafone Brasil (i)	-	-	-	38.551
	<u>187.051</u>	<u>193.952</u>	<u>187.594</u>	<u>232.503</u>
Total de instrumentos financeiros ativos	<u>836.860</u>	<u>1.034.108</u>	<u>839.080</u>	<u>1.077.362</u>
Passivos				
Custo amortizado				
Contas a pagar	229.907	268.305	230.885	268.807
Empréstimos e financiamentos	447.816	561.953	447.816	561.953
Adiantamento e cauções recebidas	88.561	49.539	90.109	52.799
Vodafone Brasil (i)	-	-	-	1.696
	<u>766.284</u>	<u>879.797</u>	<u>768.810</u>	<u>885.255</u>
Total de instrumentos financeiros passivos	<u>766.284</u>	<u>879.797</u>	<u>768.810</u>	<u>885.255</u>

- (i) O investimento na Vodafone Brasil foi classificado como disponíveis para venda por ser uma participação acionária sem influência significativa ou controle e não se enquadrar nas demais categorias de ativos financeiros conforme previsto no CPC 38/IAS 39. Vide Nota 11.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa e bancos conta movimento	17.939	7.195	18.559	7.539
Certificados de depósitos bancários – CDB	<u>499.970</u>	<u>655.074</u>	<u>500.714</u>	<u>656.663</u>
	<u>517.909</u>	<u>662.269</u>	<u>519.273</u>	<u>664.202</u>

As aplicações financeiras de curto prazo referem-se a recursos aplicados em Certificados de Depósito Bancário ou Compromissadas, com liquidez imediata, sujeitas a risco insignificante de mudança de valor justo, sendo consideradas, portanto, equivalentes de caixa. O Grupo possui opção de resgate antecipado das referidas aplicações financeiras, sem penalidade de perda de rentabilidade.

Na data de apresentação das demonstrações financeiras não existiam diferenças significativas entre o valor contábil de caixa e equivalentes de caixa e o valor justo.

Estes instrumentos tiveram com remuneração média de 101,53% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 2016 (101,44% em 2015)

6 Títulos e valores mobiliários

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fundos de investimentos	<u>66.375</u>	<u>116.546</u>	<u>66.379</u>	<u>117.735</u>
	<u>66.375</u>	<u>116.546</u>	<u>66.379</u>	<u>117.735</u>

Os fundos de investimento nos quais o Grupo aplica seus recursos possuem liquidez diária, estão indexados à taxa DI e possuem lastro significativo em letras do tesouro nacional brasileiro.

7 Contas a receber

As contas a receber do Grupo correspondem substancialmente aos valores a receber advindos dos resultados da SCP, de arrendamentos, da venda de vouchers aéreos do projeto Voe Minas Gerais, administração do terminal rodoviário Governador Israel Pinheiro, pela venda de imóveis no curso normal das atividades e pela comercialização de água mineral. Estão apresentados a valores de realização vigentes na data das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<u>Sociedade em Conta de Participação:</u>				
CBMM - Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração	50.554	52.159	50.554	52.159
<u>Outras contas a receber:</u>				
Arrendamentos e recebíveis operacionais	13.845	14.040	17.103	14.040
Contas a receber por venda de imóveis	1.199	2.343	1.199	2.343
Demais contas	<u>1.266</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.906</u>
	<u>66.864</u>	<u>68.542</u>	<u>68.856</u>	<u>70.448</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(6.566)</u>	<u>(10.427)</u>	<u>(7.258)</u>	<u>(10.752)</u>
	<u>60.298</u>	<u>58.115</u>	<u>61.598</u>	<u>59.696</u>

A composição destes saldos por vencimento é como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
A vencer	57.055	58.051	58.355	59.632
Vencidos:				
Até 30 dias	2.185	-	2.185	-
Entre 30 e 60 dias	146	61	146	61
Entre 60 e 90 dias	182	-	182	-
Entre 90 e 180 dias	721	3	721	3
Há mais de 180 dias	<u>6.575</u>	<u>10.427</u>	<u>7.267</u>	<u>10.752</u>
	<u>66.864</u>	<u>68.542</u>	<u>68.856</u>	<u>70.448</u>

Do montante apresentado no saldo de contas a receber, parte substancial está relacionada à participação do Grupo na SCP com a CBMM, que não apresenta nenhum histórico de inadimplência. Levando em consideração as informações históricas sobre índices de inadimplência da Companhia e suas controladas para os demais valores de contas a receber, o crédito decorrente desses saldos a vencer também é de alta liquidez com baixo risco de perda. O prazo médio de recebimento desses valores é inferior a 30 dias.

A Companhia e suas controladas constituem provisão para perda com crédito de liquidação duvidosa (“PDD”), quando a administração entende ter indicação de perda na realização de tais créditos. A administração analisou individualmente a situação dos seus recebíveis e constitui provisão para perdas prováveis com base em seu julgamento. A movimentação da provisão para perdas de contas a receber está apresentada a seguir:

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Saldo inicial	(10.427)	(10.454)	(10.752)	(10.984)
Constituição	-	-	(367)	-
Reversão por recebimento do título	13	27	13	232
Reversão por baixa do título / perda	3.848	-	3.848	-
Saldo final	<u>(6.566)</u>	<u>(10.427)</u>	<u>(7.258)</u>	<u>(10.752)</u>

8 Dividendos a receber

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Juros sobre capital próprio BDMG	1.184	1.685	1.184	1.685
Dividendos a receber Comipa (Nota 11)	769	1.541	769	1.541
Dividendos a receber Helibrás (Nota 11)	-	-	2.283	-
	<u>1.953</u>	<u>3.226</u>	<u>4.236</u>	<u>3.226</u>

9 Impostos e contribuições a recuperar

Corresponde basicamente ao imposto de renda retido na fonte sobre as aplicações financeiras da controladora de 2016 e anos anteriores e antecipações no recolhimento de imposto de renda e contribuição social. Pelo fato do Grupo apresentar prejuízo fiscal recorrente, os valores são realizados mediante a compensação dos impostos e contribuições federais a pagar da operação (PIS, COFINS e IRRF sobre a folha de pagamentos).

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Imposto de renda	25.180	25.175	25.876	25.673
Contribuição social	727	727	835	820
Outros impostos e contribuições a recuperar	6	-	459	30
	<u>25.913</u>	<u>25.902</u>	<u>27.170</u>	<u>26.523</u>
Circulante	10.619	13.295	11.585	13.916
Não circulante	15.294	12.607	15.585	12.607
	<u>25.913</u>	<u>25.902</u>	<u>27.170</u>	<u>26.523</u>

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Depósitos judiciais

Os depósitos referem-se a valores depositados em juízo, em razão da desapropriação de terrenos no entorno da Cidade Administrativa bem como de outros processos judiciais em andamento. Os valores são realizados na medida em que os processos judiciais transitam em julgado.

O valor dos depósitos judiciais efetuados está demonstrado a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Desapropriação terrenos entorno Cidade Administrativa	26.745	26.745	26.745	26.745
Demais depósitos	<u>1.335</u>	<u>1.110</u>	<u>1.355</u>	<u>1.165</u>
	<u>28.080</u>	<u>27.855</u>	<u>28.100</u>	<u>27.910</u>

A Codemig protocolou em outubro de 2016 acordo judicial formalizando a desistência da desapropriação de alguns terrenos do entorno da Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais. Tal acordo fora homologado na justiça e aguarda despacho judicial autorizando a retirada de R\$8.392 dos depósitos judiciais. Até 31 de dezembro de 2016 o processo não se atualizou, mantendo dessa maneira os valores em contas de depósito judicial.

11 Estoques de imóveis a comercializar

Representam estoque de terrenos nas cidades de Ribeirão das Neves, Conselheiro Lafaiete e Sete Lagoas, no Estado de Minas Gerais, que não serão destinados para uso próprio do Grupo e, conseqüentemente estão disponíveis para venda a terceiros. A composição dos saldos por localidade está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora e consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Distritos industriais	13.317	10.971
Ribeirão das Neves	27.185	27.185
Conselheiro Lafaiete (i)	-	14.530
Sete Lagoas	1.632	1.632
Governador Valadares	<u>1.244</u>	<u>1.244</u>
	<u>43.378</u>	<u>55.562</u>
Provisão para redução ao valor recuperável (ii)	<u>(13.498)</u>	<u>(18.589)</u>
	<u>29.880</u>	<u>36.973</u>

(i) Durante o exercício de 2016 foi realizada a venda do terreno de Conselheiro Lafaiete pelo valor de R\$12.150 gerando um resultado de R\$7.130.

(ii) O saldo de provisão em 31 de dezembro de 2016 refere-se em sua maioria ao estoque de imóveis a comercializar nomeados Distritos Industriais. No exercício anterior o saldo de provisão também contemplava a provisão de R\$5.020 referente ao terreno de Conselheiro Lafaiete.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Participações societárias

A carteira de participações societárias é composta por empresas coligadas e controladas, sobre as quais a Codemig exerce influência significativa e controle, respectivamente, e por outras empresas em que não existe influência significativa - instrumentos financeiros disponíveis para venda.

11.1 Outros ativos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
BDMG				
Saldo inicial	193.952	191.956	193.952	191.956
Capitalização do JCP	-	1.996	-	1.996
Venda de ações	(17.992)	-	(17.992)	-
	<u>175.960</u>	<u>193.952</u>	<u>175.960</u>	<u>193.952</u>
Vodafone Brasil				
Saldo inicial	-	-	36.855	-
Aquisição de participação	-	-	15.795	38.551
Reclassificação da participação para investimento	-	-	(52.650)	-
Passivo financeiro	-	-	-	(1.696)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>36.855</u>
FIDC - APL Santa Rita do Sapucaí				
Aquisição de cotas	10.500	-	10.500	-
Valorização de cotas	678	-	678	-
Adiantamento de IRRF ("Come-cotas")	(87)	-	(87)	-
	<u>11.091</u>	<u>-</u>	<u>11.091</u>	<u>-</u>
FIP AEROTEC				
Aquisição de cotas	-	-	1.400	-
Desvalorização de cotas	-	-	(857)	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>543</u>	<u>-</u>
Total	<u>187.051</u>	<u>193.952</u>	<u>187.594</u>	<u>230.807</u>
Saldo de outros ativos financeiros	187.051	193.952	187.594	232.503
Saldo de passivo financeiro	-	-	-	(1.696)
	<u>187.051</u>	<u>193.952</u>	<u>187.594</u>	<u>230.807</u>

BDMG

Em 31 de outubro de 2012 e 29 de novembro de 2012, a Companhia efetuou pagamentos no montante de R\$50.000 e R\$130.000, respectivamente, e adquiriu o total de 5.999.999.999 ações ordinárias de emissão do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG, representando 11,59% do capital total. O BDMG é controlado pelo Governo de Estado de Minas Gerais e, portanto, parte relacionada da Companhia.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 2013 e 2014 foram capitalizados lucros e valores de JCP – Juros sobre o capital próprio. Com estas capitalizações da Codemig no capital social do BDMG, a Companhia encerrou o exercício de 2013 com um total de 6.114.317.103 ações e participação de 10,74% do capital social. Em 2014 este valor alcançou o montante de 6.231.272.133 ações, ficando o percentual de participação em 10,81% do capital total.

Em 26 de agosto de 2015, em Assembleia Geral Extraordinária realizada pelo BDMG, foram capitalizados lucros residuais do exercício de 2014, no montante de R\$ 1.996, correspondente à participação do Grupo.

Foi aprovada a destinação de créditos de juros sobre capital próprio aos acionistas, no valor de R\$19.000, referente ao exercício de 2015, conforme AGE datada de 29 de dezembro de 2015. Assim disposto coube a Codemig, conforme proporção da participação no capital social do BDMG, o crédito de juros sobre capital próprio de R\$2.054 deduzidos de R\$369 referentes ao imposto de renda retido na fonte. No entanto, em 28 de abril de 2016, foi realizada AGOE, em que o BDMG tornou sem efeito o crédito de JCP em 2015, tendo em vista a apuração de prejuízo no valor de R\$23.509 em 2015.

Em 16 de junho de 2016 a Codemig firmou um contrato de compra e venda de ações com a Minas Gerais Participações S.A. – MGI o qual formalizou a venda de 0,9% da participação no capital social do BDMG, por valor de livros – R\$17.992 – que pertenciam a Codemig. Sendo assim, 578.039.299 ações ordinárias de emissão do BDMG foram alienadas do patrimônio da Codemig, de modo que em 30 de setembro de 2016 a Companhia apresenta uma participação no BDMG de 9,24% de participação no capital social do referido banco.

Conforme AGE realizada pelo BDMG em 29 de dezembro de 2016, foi aprovada a destinação de créditos de juros sobre capital próprio aos acionistas, no valor de R\$15.000, referente ao exercício de 2016. Assim disposto coube a Codemig, conforme proporção da participação no capital social do BDMG, os juros sobre capital próprio no montante de R\$1.393 deduzidos de R\$209 referentes ao imposto de renda retido na fonte. Assim a Codemig tem um crédito de R\$1.184 junto ao BDMG que poderá ser recebido em espécie e/ou usado para aumento de capital, após decisão de futura assembleia. Em 31 de dezembro de 2016 a Codemig detém um ativo no montante de R\$175.960, correspondentes a 9,24% do capital social do BDMG.

O aporte de capital no BDMG tem como objetivo (i) induzir de forma indireta o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais, pela alavancagem da capacidade do banco de conceder financiamento para empreendimentos de pequeno, médio e grande porte no Estado de Minas Gerais; e (ii) gerar retorno sobre o capital da Companhia.

A Companhia não obteve controle ou influência significativa através desta operação e, portanto, não vem tratando este investimento como investimento em coligada, e sim, como investimento disponível para venda, avaliado ao custo, pelo fato das ações do BDMG não serem cotadas em mercado ativo, conforme permitido pelo CPC 38/IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Este investimento foi classificado como disponível para venda por não se enquadrar nas demais categorias de ativos financeiros conforme previsto no CPC 38/IAS 39.

VODAFONE BRASIL

A Companhia, por meio de sua subsidiária integral Codepar, em novembro de 2015 subscreveu e integralizou 288.565 novas ações preferenciais de emissão da Datora Mobile Telecomunicações S.A. (“Vodafone Brasil”) mediante o pagamento de R\$36.855. A participação subscrita e integralizada foi avaliada por especialistas em R\$38.551.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Datora Mobile faz parte do Grupo Datora e atua na prestação de serviços de comunicação, com foco voltado ao mercado M2M (Machine to Machine) e IoT (Internet of Things). Ela está sediada na cidade de Nova Lima/MG. Em 2013 a Datora Mobile firmou um contrato de parceria com o Grupo Vodafone adquirindo o direito de uso da marca Vodafone Brasil.

Em 24 de junho de 2016 a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – aprovou em seu Conselho Diretor a o ingresso da Codepar no capital social da Datora Mobile Telecomunicações S.A. – Vodafone Brasil.

A Codemig busca com este investimento incentivar o desenvolvimento de novas tecnologias capazes de viabilizar: a modernização da indústria mineira, a comunicação entre entidades governamentais e cidadãos, o acesso da população aos meios de comunicação e inclusão digital, criação de cidades inteligentes e a geração de empregos diretos e indiretos no Estado de Minas Gerais.

Em Assembleia Geral realizada em 08 de agosto de 2016 a Codepar subscreveu 123.671 novas ações ordinárias e converteu as 288.565 ações preferenciais das quais já era titular em ações ordinárias da Vodafone Brasil. Dessa maneira, tendo em vista sua participação em 45% do capital votante da investida, a partir desta data a Codepar obteve influência significativa na Vodafone Brasil, passando a contabilizar o investimento pelo método da equivalência patrimonial.

A aquisição da participação na Vodafone Brasil pela Codepar se deu pelo montante de R\$52.650, sendo a primeira tranche no valor de R\$36.855 e a segunda pelo valor de R\$15.795. A participação da Codepar no patrimônio líquido da Vodafone em 2016, referente às 412.236 adquiridas é de R\$15.339. A parcela da mais valia bruta, representada pela diferença entre o valor justo dos ativos e passivos da adquirida e o valor patrimonial foi avaliada em R\$16.156.

O ágio gerado pela expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), no montante de R\$21.155 foi calculado no momento da aquisição da participação societária que concebeu a influência significativa à Codepar. O método utilizado para avaliação do investimento foi o de fluxo de caixa descontado, considerando fatores que afetam o desempenho futuro da investida, tais como volume de vendas, preços, custos, impostos, necessidades de capital de giro e investimentos.

Fundos de investimento

FIDC APL Santa Rita do Sapucaí

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios APL Santa Rita é classificado como um fundo de fomento mercantil, nos termos da Deliberação ANBIMA. É regido pelas disposições legais regulamentares, especialmente a Resolução CMN N° 2.907/01 e a Instrução CVM n° 356/01, e alterações posteriores. O fundo é administrado pelo Bancoob DTVM, vencedora de processo licitatório conduzido pela Companhia.

O objetivo do fundo é proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas e o rendimento de longo prazo, por meio da aquisição de direitos creditórios emitidos por empresas ligadas ao Arranjo Produtivo Eletroeletrônico (APL) de Santa Rita do Sapucaí, observados os limites de composição e diversificação da carteira de investimentos.

O fundo terá duração de 36 meses, contados a partir de 16 de junho de 2016, data da primeira integralização de cotas, sendo prorrogável mediante deliberação aprovada em Assembleia Geral de Cotistas.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No dia 14 de dezembro de 2016, a aquisição de direitos creditórios do fundo foi suspensa devido ao desenquadramento da carteira informado pela administradora via fato relevante. Para tratar do assunto foi realizada uma Assembleia Geral de Cotistas no dia 23 de dezembro de 2016 na qual a administradora foi autorizada a solicitar a prorrogação de prazo de enquadramento ao órgão regulador. A CVM, em 21 de fevereiro de 2017, deferiu o pedido de prorrogação de prazo, conforme descrito na Nota 30 (b).

Em 9 de fevereiro de 2018, em Assembleia Geral de Cotistas do Fundo, foi aprovada a liquidação desse fundo, com o consequente crédito na conta corrente do Grupo no montante de R\$11.598.

FIP AEROTEC

O AEROTEC - Fundo de Investimento em Participações foi constituído sob a forma de condomínio fechado e é regido por seu Regulamento, de acordo com a Instrução CVM nº 578/16 e demais disposições legais e regulamentares. Classificado como um fundo restrito tipo 2, nos termos da Deliberação ANBIMA, é destinado exclusivamente a investidores profissionais. A administração e gestão do Fundo serão responsabilidade da Confrapar Participações e Pesquisa S/A, vencedora de processo licitatório conduzido pela Codepar.

O objetivo preponderante do fundo é obter rendimentos de longo prazo aos seus cotistas, por meio de investimentos diretos e/ou indiretos, em valores mobiliários de emissão de empresas com sede social estabelecida no Estado de Minas Gerais, que possuam alto potencial de crescimento e atuação no setor aeroespacial. O fundo também mantém foco em tecnologias de manufatura aditiva e/ou avançada, alinhando-se ao planejamento e à política de investimentos da Codemig.

O prazo de duração do fundo será de 10 (dez) anos contados a partir da data de registro do fundo na CVM, prazo este que poderá ser prorrogado, mediante proposta do Administrador/Gestor, por até cinco períodos adicionais de um ano.

A Codemig, por meio de sua subsidiária integral, Codepar integralizou, em 28 de setembro de 2016, a quantia de 1,4 milhões de reais, equivalentes a 1% do total das quotas subscritas, conforme chamada de capital realizada em 26 de outubro de 2016.

A composição dos saldos dos fundos está apresentada da seguinte maneira:

Fundo	Administrador	2016	2015
FIDC APL Santa Rita do Sapucaí	Bancoob DTVM	11.091	-
FIP AEROTEC	Confrapar Participações	543	-
		<u>11.634</u>	<u>-</u>

Os fundos do Grupo possuem as seguintes disposições de capital:

Fundo	Capital comprometido	Capital investido	Capital à investir
FIDC APL Santa Rita do Sapucaí (i)	50.000	10.500	-
FIP AEROTEC	140.000	1.400	138.600
	<u>190.000</u>	<u>11.900</u>	<u>138.600</u>

(i) Considerando a manifestação pela liquidação do fundo – vide nota explicativa 30 (c) – no entendimento do Grupo, em 31 de dezembro de 2016 não há capital à investir.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11.2 Investimentos em coligadas e controladas

O Grupo possui investimentos em controladas e coligadas visando o desenvolvimento econômico diversificado do Estado de Minas Gerais. Naqueles investimentos em que possui influência significativa, o Grupo formalizou acordos de acionistas e outros documentos pertinentes visando a proteção de seus direitos enquanto acionista minoritário, não integrante de bloco de controle.

Natureza e extensão das participações materiais em coligadas e controladas:

Controladas (a), e coligadas (b)	Sede	Quantidade de ações / quotas		% participação no capital social		Natureza do Investimento
		Ordinárias	Preferenciais	Total	Votante	
Controladora						
CODEPAR	(a) Belo Horizonte	334.836.000	-	100,00%	100,00%	Veículo de investimentos, subsidiária integral da Codemig.
CODEÁGUAS	(a) Belo Horizonte	2.795.900	-	99,00%	99,00%	Empresa limitada do ramo de bebidas e extração de água mineral.
PROMINAS	(a) Belo Horizonte	42.914.371	-	90,59%	90,59%	Criação e controle para apoio no setor de turismo e eventos com a locação de instalações.
COMIPA	(b) Araxá	187.272.000	20.783.520	50,99%	48,26%	Aquisição primária de ações para exploração mineral de nióbio.
Consolidado						
COMIPA	(b) Araxá	187.272.000	20.783.520	50,99%	48,26%	Aquisição primária de ações para exploração mineral de nióbio.
IAS	(b) São José da Lapa	1.764.706	-	15,00%	15,00%	Aquisição primária de ações para apoio do setor aeroespacial.
Helibrás	(b) Itajubá	70.190.051	13.292.583	15,51%	25,00%	Aquisição primária de ações para apoio do setor aeroespacial.
Vodafone Brasil	(b) Belo Horizonte	412.236	-	42,80%	42,80%	Aquisição primária de ações para apoio do setor de telecomunicações móvel.
BMI	(b) Belo Horizonte	221.180.424	223.967.176	58,59%	47,66%	Aquisição primária de ações de banco de investimentos sediado em Minas Gerais para apoiar médias empresas no acesso ao mercado de capitais e a operações estruturadas.

Embora participe com 58,59% do capital social do BMI e 50,99% do capital social da Comipa, a Codemig não possui mais da metade do seu capital votante e não governa as políticas operacionais destes investimentos, de forma que não detém o seu controle.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição dos saldos dos investimentos:

Investimentos	Controladora				Total	Total
	2016		2015			
	Valor patrimonial do investimento	Valor da mais valia	Ágio (goodwill)	Total		
CODEPAR	349.260	-	-	349.260	107.098	
CODEÁGUAS	1.336	-	-	1.336	-	
PROMINAS	6.529	-	-	6.529	16.359	
COMIPA	268	-	-	268	268	
Outros investimentos	1.264	-	-	1.264	1.294	
	<u>358.657</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>358.657</u>	<u>125.019</u>	

Investimentos	Consolidado				Total	Total
	2016		2015			
	Valor patrimonial do investimento	Valor da mais valia	Ágio (goodwill)	Total		
COMIPA	268	-	-	268	268	
IAS (a) (i) (ii)	5.073	18.669	1.392	25.134	27.000	
Helibrás (b) (i)	38.279	58.946	21.076	118.301	42.500	
Vodafone Brasil (c) (i) (ii)	13.200	15.592	21.155	49.947	-	
BMI (i) (iii)	152.785	-	-	152.785	-	
Outros investimentos	1.271	-	-	1.271	1.300	
	<u>210.876</u>	<u>93.207</u>	<u>43.623</u>	<u>347.706</u>	<u>71.068</u>	

(i) Empresas coligadas à Codepar.

(ii) Foram utilizadas como base de cálculo da equivalência da IAS e da Vodafone Brasil, as informações financeiras de 30 de novembro de 2016.

(iii) Foram utilizadas como base de cálculo da equivalência do BMI, as informações financeiras de 31 de outubro de 2016.

Alocação do preço de compra dos investimentos:

O Grupo no momento da compra dos investimentos realizou a alocação do preço de compra entre valor correspondente à participação no patrimônio líquido, no valor justo de ativos e passivos, líquidos, e ágio advindo de expectativa de rentabilidade futura ou ganho por compra vantajosa, conforme já mencionado na Nota 2.3 (a). Considerando a existência de ágio (*goodwill*), o Grupo realizou testes de impairment conforme apresentado nas Notas 2.7 (d).

(a) A alocação do preço de compra da IAS teve a mais valia de ativos e passivos a valor justo baseados em contratos de clientes com os órgãos de defesa do Governo Federal, enquanto o ágio encontra-se baseado no fluxo de caixa descontado futuro estimado.

(b) A alocação do preço de compra da Helibrás teve a mais valia de ativos e passivos a valor justo baseados em contratos de clientes e valor justo de mercado de seu imobilizado, enquanto o ágio encontra-se baseado no fluxo de caixa descontado futuro estimado.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (c) A alocação do preço de compra da Vodafone teve a mais valia de ativos e passivos a valor justo baseados no valor justo de mercado de seus estoques e no valor justo do know-how advindo da Vodafone, enquanto o ágio encontra-se baseado no fluxo de caixa descontado futuro estimado.

O reconhecimento do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura em coligadas está em consonância com a Nota 2.3 (a). A metodologia utilizada para os cálculos de impairment foi a de fluxo de caixa descontado. Os testes consistem na análise da rentabilidade dos investimentos, avaliando os resultados apurados das investidas e as projeções de orçamentos dos anos futuros disponibilizados pela administração de cada uma das investidas.

Na elaboração dos testes do valor recuperável dos ativos do Grupo, foram consideradas premissas de crescimento de receita específicas por empresas, que variam de acordo com a realidade de demanda dos seus mercados e taxas de ocupação da capacidade instalada. Essas premissas de crescimento de receita foram embasadas por iniciativas presentes no plano de negócios, assumindo um crescimento médio anual da receita líquida em decorrência de volume e preço.

Em relação aos custos e despesas, foi considerado um crescimento nominal com base na taxa de inflação e no aumento das vendas para os próximos anos. Uma vez que a maior parte dos contratos de aluguel, fornecedores, serviços de manutenção e serviços de terceiros são reajustados de acordo com índices de inflação, essa premissa reflete a realidade do crescimento de custos da empresa.

A taxa de desconto utilizada foi calculada com base na taxa livre de risco, risco país, prêmio de tamanho e o beta do setor. Também é levada em consideração a estrutura de capital atual da Companhia e sua evolução ao longo do período em questão, bem como a alocação tributária de cada parcela do capital, próprio e de terceiros. A taxa média calculada foi de 13,7% para as unidades geradoras de caixa.

O período de tempo utilizado para a elaboração do fluxo de caixa foi de 6 anos uma vez que este é o período utilizado pela Companhia para sua modelagem financeira e consequentes projeções de longo prazo, adicionado um valor de perpetuidade com crescimento nominal médio de 4,0% ao ano para todas as unidades geradoras de caixa.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação dos investimentos em coligadas e controladas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

Controladas e coligadas	Saldo em 01/01/2016	Aquisição de participação	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste pós aquisição no valor justo	Ajuste de avaliação patrimonial reflexo dos investimentos	Distribuição / Desconstituição de dividendos	Controladora
							Saldo em 31/12/2016
CODEPAR	107.098	230.835	(1.153)	-	12.480	-	349.260
CODEÁGUAS	-	2.796	(1.460)	-	-	-	1.336
PROMINAS	16.359	-	(9.830)	-	-	-	6.529
COMIPA	268	-	314	-	-	(314)	268
Outros investimentos	1.294	59	(89)	-	-	-	1.264
	<u>125.019</u>	<u>233.690</u>	<u>(12.218)</u>	<u>-</u>	<u>12.480</u>	<u>(314)</u>	<u>358.657</u>
							Consolidado
Coligadas	Saldo em 01/01/2016	Aquisição de participação	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste pós aquisição no valor justo	Ajuste de avaliação patrimonial reflexo dos investimentos	Distribuição / Desconstituição de dividendos	Saldo em 31/12/2016
COMIPA	268	-	314	-	-	(314)	268
IAS (i) (ii)	27.000	-	637	(540)	-	(1.963)	25.134
Helibrás (i)	42.500	65.735	4.256	(5.002)	13.095	(2.283)	118.301
Vodafone Brasil (i) (ii)	-	52.650	(2.139)	(564)	-	-	49.947
BMI (i) (iii)	-	147.288	5.547	-	(50)	-	152.785
Outros investimentos	1.300	59	(166)	-	-	78	1.271
	<u>71.068</u>	<u>265.732</u>	<u>8.449</u>	<u>(6.106)</u>	<u>13.045</u>	<u>(4.482)</u>	<u>347.706</u>

(i) Empresas coligadas à Codepar.

(ii) Foram utilizadas como base de cálculo da equivalência da IAS e da Vodafone Brasil, as informações financeiras de 30 de novembro de 2016.

(iii) Foram utilizadas como base de cálculo da equivalência do BMI, as informações financeiras de 31 de outubro de 2016.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação dos investimentos em coligadas e controladas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

	Controladora				
Controladas e coligadas	Saldo em 01/01/2015	Aquisição de participação	Resultado de equivalência patrimonial	Distribuição de dividendos / JCP	Saldo em 31/12/2015
CODEPAR	15.880	90.000	1.218	-	107.098
PROMINAS	23.064	-	(6.705)	-	16.359
COMIPA	2.068	-	1.541	(3.341)	268
Outros investimentos	1.288	197	(191)	-	1.294
	<u>42.300</u>	<u>90.197</u>	<u>(4.137)</u>	<u>(3.341)</u>	<u>125.019</u>
	Consolidado				
Coligadas	Saldo em 01/01/2015	Aquisição de participação	Resultado de equivalência patrimonial	Distribuição de dividendos / JCP	Saldo em 31/12/2015
COMIPA	2.068	-	1.541	(3.341)	268
IAS (i) (ii)	-	27.000	-	-	27.000
Helibrás (i)	-	42.500	-	-	42.500
Outros investimentos	1.291	200	(191)	-	1.300
	<u>3.359</u>	<u>69.700</u>	<u>1.350</u>	<u>(3.341)</u>	<u>71.068</u>

(i) Empresas coligadas à Codepar.

(ii) Foram utilizadas como base de cálculo da equivalência da IAS as informações financeiras de 30 de novembro de 2015.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Informações financeiras da carteira de investimentos em coligadas e controladas:

(a) Informações patrimoniais sobre controladas e coligadas

<u>Investidas</u>	<u>Ativo circulante</u>	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Receita bruta</u>	<u>Lucros ou (prejuízos)</u>
Controladas							
CODEPAR	2.392	347.001	2	132	349.259	-	(1.153)
CODEÁGUAS	2.407	94	1.166	-	1.335	1.677	(1.460)
PROMINAS	3.888	17.151	13.203	629	7.207	13.547	(10.852)
	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Lucros ou (prejuízos)</u>					
Coligadas							
COMIPA	527	1.508					
IAS (i) (ii)	33.818	(3.866)					
Helibrás (i)	246.823	58.880					
Vodafone Brasil (i) (ii)	29.333	(14.366)					
BMI (i) (iii)	260.753	9.539					

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Informações de resultado do exercício

<u>Investidas</u>	<u>Lucros ou (prejuízos)</u>	<u>Outros resultados abrangentes</u>	<u>Resultado abrangente total</u>
Controladas			
CODEPAR	(1.153)	13.045	11.892
CODEÁGUAS	(1.460)	-	(1.460)
PROMINAS	(10.852)	-	(10.852)
Coligadas			
COMIPA (i)	1.508	-	1.508
IAS (i) (ii)	(3.866)	-	(3.866)
Helibrás (i)	58.880	168.774	227.654
Vodafone Brasil (i) (ii)	(14.366)	-	(14.366)
BMI (i) (iii)	9.539	(85)	9.454

(i) Empresas coligadas à Codepar.

(ii) Foram utilizadas como base de cálculo da equivalência da IAS e da Vodafone Brasil, as informações financeiras de 30 de novembro de 2016.

(iii) Foram utilizadas como base de cálculo da equivalência do BMI, as informações financeiras de 31 de outubro de 2016.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Imobilizado

	Controladora						
	Terrenos	Cidade Administrativa de Minas Gerais e Prédio de Serviços	Demais prédios e benfeitorias	Equipamentos Operacionais	Imobilizado em andamento	Outros Imobilizados	Total
Em 1º de janeiro de 2015							
Custo	87.216	1.216.682	308.332	36.354	417.009	122	2.065.715
Depreciação acumulada	-	(240.062)	(99.423)	(26.727)	-	-	(366.212)
Impairment	(2.618)	-	(2.774)	-	(179)	-	(5.571)
Saldo contábil, líquido	84.598	976.620	206.135	9.627	416.830	122	1.693.932
Aquisições	171.891	-	-	1.093	180.553	16.193	369.730
Baixas	(137)	-	(351)	(1.130)	-	-	(1.618)
Transferências	-	168.572	-	-	(168.572)	-	-
Depreciação - adições	-	(44.534)	(11.090)	(3.916)	-	-	(59.540)
Depreciação - baixas	-	-	243	1.100	-	-	1.343
Baixa por redução de capital (Nota 21)							
Custo	-	(1.385.254)	-	-	-	-	(1.385.254)
Depreciação	-	284.596	-	-	-	-	284.596
Impairment	62	-	298	-	(36)	-	324
Em 31 de dezembro de 2015	256.414	-	195.235	6.774	428.775	16.315	903.513
Custo	258.970	-	307.981	36.317	428.990	16.315	1.048.573
Depreciação acumulada	-	-	(110.270)	(29.543)	-	-	(139.813)
Impairment	(2.556)	-	(2.476)	-	(215)	-	(5.247)
Saldo contábil, líquido	256.414	-	195.235	6.774	428.775	16.315	903.513
Aquisições	-	-	-	884	20.683	509	22.076
Baixas	(1.452)	-	(2.047)	(161)	(135)	-	(3.795)
Transferências	(105)	-	260.930	30.082	(290.831)	(76)	-
Depreciação - adições	-	-	(8.443)	(3.918)	-	-	(12.361)
Depreciação - baixas	-	-	1.227	112	-	-	1.339
Impairment	282	-	1.049	-	135	-	1.466
Em 31 de dezembro de 2016	255.139	-	447.951	33.773	158.627	16.748	912.238
Custo	257.413	-	566.864	67.122	158.707	16.748	1.066.854
Depreciação acumulada	-	-	(117.486)	(33.349)	-	-	(150.835)
Impairment	(2.274)	-	(1.427)	-	(80)	-	(3.781)
Saldo contábil, líquido	255.139	-	447.951	33.773	158.627	16.748	912.238

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado						
	Terrenos	Cidade Administrativa de Minas Gerais e Prédio de Serviços	Demais prédios e benfeitorias	Equipamentos Operacionais	Imobilizado em andamento	Outros Imobilizados	Total
Em 1º de janeiro de 2015							
Custo	99.773	1.216.682	329.558	36.354	417.009	3.124	2.102.500
Depreciação acumulada	-	(240.062)	(114.695)	(26.727)	-	(3.124)	(384.608)
Impairment	(2.618)	-	(2.774)	-	(179)	-	(5.571)
Saldo contábil, líquido	97.155	976.620	212.089	9.627	416.830	-	1.712.321
Aquisições	171.891	-	-	1.093	180.553	16.760	370.297
Baixas	(137)	-	(351)	(1.130)	-	-	(1.618)
Transferências	-	168.572	-	-	(168.572)	-	-
Depreciação - adições	-	(44.534)	(11.997)	(3.916)	-	-	(60.447)
Depreciação - baixas	-	-	248	1.100	-	-	1.348
Baixa por redução de capital (Nota 21)							
Custo	-	(1.385.254)	-	-	-	-	(1.385.254)
Depreciação	-	284.596	-	-	-	-	284.596
Impairment	62	-	298	-	(36)	-	324
Em 31 de dezembro de 2015	268.971	-	200.287	6.774	428.775	16.760	921.567
Custo	271.527	-	329.207	36.317	428.990	19.884	1.085.925
Depreciação acumulada	-	-	(126.444)	(29.543)	-	(3.124)	(159.111)
Impairment	(2.556)	-	(2.476)	-	(215)	-	(5.247)
Saldo contábil, líquido	268.971	-	200.287	6.774	428.775	16.760	921.567
Aquisições	-	-	204	978	20.683	635	22.500
Baixas	(1.452)	-	(2.119)	(161)	(135)	(40)	(3.907)
Transferências	(105)	-	260.930	30.082	(290.831)	(76)	-
Depreciação - adições	-	-	(9.301)	(3.918)	-	(312)	(13.531)
Depreciação - baixas	-	-	1.227	112	-	22	1.361
Impairment	282	-	1.049	-	135	-	1.466
Em 31 de dezembro de 2016	267.696	-	452.277	33.867	158.627	16.989	929.456
Custo	269.970	-	588.222	67.216	158.707	20.403	1.104.518
Depreciação acumulada	-	-	(134.518)	(33.349)	-	(3.414)	(171.281)
Impairment	(2.274)	-	(1.427)	-	(80)	-	(3.781)
Saldo contábil, líquido	267.696	-	452.277	33.867	158.627	16.989	929.456

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em novembro de 2015, foi concluída a construção do Prédio de Serviços da Cidade Administrativa de Minas Gerais, com a respectiva transferência de R\$ 168.572 da conta de Imobilizado em Andamento.

Em 23 de dezembro de 2015, foi efetuada a transferência da Cidade Administrativa de Minas Gerais, incluindo o Prédio de Serviços, para o acionista controlador, o Estado de Minas Gerais, em contrapartida à redução do capital, conforme mencionado na nota explicativa 21.

Em 2016, foi concluída parte substancial da obra do Centro Cultural Presidente Itamar Franco, conjunto arquitetônico que abriga uma sala para concertos sinfônicos, com padrão acústico internacional, e também é sede da Rádio Inconfidência e da Rede Minas de Televisão. Conseqüentemente, foi transferido o montante de R\$290.831 da conta de Imobilizado em Andamento.

O Grupo possui diversos imóveis, dentre eles, os descritos no parágrafo acima, cedidos em comodato não oneroso ou arrendados por valores inferiores ao preço de mercado, a partes relacionadas (empresas e entidades do Estado de Minas Gerais). Esses imóveis são localizados em diversos municípios do Estado de Minas Gerais. Quando existe o interesse por parte da administração na alienação do imóvel, o contrato pode ser rescindido sem nenhum ônus para quaisquer das partes, desde que cumpridas as formalidades contratuais.

O saldo remanescente na conta Imobilizado em Andamento é representado, substancialmente, pelas obras do Expominas São João Del Rei, no montante de R\$84.852 e por terrenos desapropriados, no montante de R\$73.039, cuja documentação ainda tramita no judiciário. Não há prazos definidos para conclusão dessas obras.

A situação destes ativos está condizente com o objeto social da Companhia (Nota 1), que é promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais.

O valor residual total de bens do ativo imobilizado cedido em garantia era de R\$1.550 em 31 de dezembro de 2016 (R\$1.856 em 31 de dezembro de 2015).

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Intangível

	Controladora e consolidado				
	Custos de desenvolvimento	Direitos contratuais	Marcas e patentes	Direitos de lavra e jazidas	Total
Em 1º de janeiro de 2015					
Custo	-	-	209	12.100	12.309
Amortização acumulada	-	-	-	-	-
<i>Impairment</i>	-	-	-	(11.864)	(11.864)
Saldo contábil, líquido	-	-	209	236	445
<i>Impairment</i>	-	-	-	(2)	(2)
Em 31 de dezembro de 2015	-	-	209	234	443
Custo	-	-	209	12.100	12.309
Amortização acumulada	-	-	-	-	-
<i>Impairment</i>	-	-	-	(11.866)	(11.866)
Saldo contábil, líquido	-	-	209	234	443
Aquisições	8.747	860	-	-	9.607
Amortização	-	(15)	-	-	(15)
Em 31 de dezembro de 2016	8.747	845	209	234	10.035
Custo	8.747	860	209	12.100	21.916
Amortização acumulada	-	(15)	-	-	(15)
<i>Impairment</i>	-	-	-	(11.866)	(11.866)
Saldo contábil, líquido	8.747	845	209	234	10.035

Existem dois projetos de pesquisa e desenvolvimento considerados na capitalização dos seus gastos no exercício. O primeiro e mais significativo é o desenvolvimento de processos de produção de grafeno e escala com manutenção de suas propriedades essenciais padronizadas. O segundo é o desenvolvimento dos processos produtivos de hidróxidos e sulfatos duplos e implantação do 1º laboratório-fábrica de imãs de terras-raras no Brasil.

Ambos os projetos de desenvolvimento têm seu estudo de viabilidade elaborado e são considerados pela administração potenciais novos grandes geradores de riqueza do Grupo, complementando a receita advinda do nióbio e acrescentando a participação de outras receitas no mix do Grupo.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Saldos e transações com partes relacionadas

(a) Os saldos e as transações da Companhia com partes relacionadas têm a seguinte composição:

	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Grupo econômico								
BDMG								
<i>Circulante</i>								
Juros sobre capital próprio	1.184	1.685	-	-	-	-	-	-
MGI								
<i>Não circulante</i>								
Contas a receber	17.992	-	-	-	-	-	-	-
Controladas								
CODEÁGUAS								
<i>Não circulante</i>								
Despesas compartilhadas	385	-	-	-	-	-	(385)	-
PROMINAS								
<i>Circulante</i>								
Contas a receber / receita	1.266	-	-	-	337	175	-	-
<i>Não circulante</i>								
Mútuo / juros ativos	3.274	-	-	-	204	-	-	-
Coligadas								
COMIPA								
<i>Circulante</i>								
Dividendos a receber	769	1.541	-	-	-	-	-	-
Outros								
CBMM								
<i>Circulante</i>								
Contas a receber / receita	50.554	52.159	-	-	737.578	937.760	-	-
Contas a pagar / IR	-	-	225.926	265.319	(258.714)	(309.694)	-	-
<i>Não circulante</i>								
Adiantamento de recebíveis	-	-	88.561	49.539	-	-	-	-
Convênios (nota 24)								
Gastos com convênios	-	-	-	-	-	-	(96.953)	(42.711)

(b) Concessão de direito de uso de imóveis a partes relacionadas

Conforme descrito na nota explicativa 12, o Grupo possui diversos imóveis cedidos em comodato não oneroso ou arrendados por valores inferiores ao preço de mercado, a partes relacionadas (empresas e entidades do Estado de Minas Gerais). Esses imóveis são localizados em diversos municípios do Estado de Minas Gerais. Quando existe o interesse por parte da administração na alienação do imóvel, o contrato pode ser rescindido sem nenhum ônus para quaisquer das partes, desde que cumpridas as formalidades contratuais.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Gastos com convênios

Conforme descrito na nota explicativa 1, a Companhia tem por objeto social promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais. Nesse contexto, está autorizada a firmar contrato ou convênio de cooperação econômica ou técnica e vem atuando como agente fomentador de diversos projetos no Estado. Os gastos com esses convênios estão descritos na nota explicativa 24.

(d) Remuneração da administração

As despesas com remuneração e encargos dos principais executivos e administradores do Grupo durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 totalizaram R\$5.568 (R\$ 5.159 em 31 de dezembro de 2015).

(e) Benefícios pós-emprego da administração

A Companhia mantém um plano de previdência complementar, na modalidade contribuição definida, que beneficia a direção executiva do Grupo. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as contribuições pagas pela Companhia para o plano de previdência totalizaram R\$213 (R\$175 em 31 de dezembro de 2015).

16 Contas a pagar

As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios e também os impostos gerados na operação da SCP.

A composição destas contas a pagar está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
IRPJ / CSLL– SCP (i)	217.835	265.319	217.835	265.319
Valores a pagar SCP (i)	8.091	-	8.091	-
Fornecedores nacionais	<u>3.981</u>	<u>2.986</u>	<u>4.959</u>	<u>3.488</u>
	<u>229.907</u>	<u>268.305</u>	<u>230.885</u>	<u>268.807</u>

- (i) O Grupo, através de sua participação na SCP em conjunto com a CBMM, recebe mensalmente os recursos oriundos da atividade da exploração do nióbio. Os impostos e demais passivos em aberto na SCP na data de encerramento do balanço são reconhecidos pelo Grupo como contas a pagar – SCP, uma vez que serão devolvidos à mesma quando da quitação dos débitos. Tais saldos em aberto no balanço correspondem aos saldos dos tributos devidos acumulados do exercício corrente e provisões de despesas não liquidadas no encerramento do exercício. Os impostos sobre o lucro são apurados e acumulados até o mês de dezembro e sua quitação ocorre em janeiro do exercício subsequente.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Empréstimos e financiamentos

Os saldos e a movimentação dos empréstimos e financiamentos estão assim demonstrados:

	Controladora e consolidado	
	2016	2015
Debêntures	450.660	565.740
Juros	3.501	4.178
Custos da transação	(6.345)	(7.965)
	<u>447.816</u>	<u>561.953</u>
Circulante	116.961	117.638
Não circulante	<u>330.855</u>	<u>444.315</u>
	<u>447.816</u>	<u>561.953</u>

	Controladora e consolidado	
	2016	2015
Saldo inicial	561.953	675.165
Amortização do principal	(115.080)	(115.080)
Pagamento de juros	(82.652)	(91.269)
Juros incorridos	<u>83.595</u>	<u>93.137</u>
Saldo final	<u>447.816</u>	<u>561.953</u>

Conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 06 de novembro de 2012, o Grupo aprovou uma emissão privada, em série única, de 70.000 debêntures simples, não conversíveis em ações de emissão da Companhia, com valor nominal de R\$10 cada, perfazendo um valor total de R\$700.000.

A emissão foi realizada nos termos da Instrução CVM nº 476, permitindo a participação de somente investidores qualificados.

As debêntures são garantidas pelos recebíveis do Grupo com a CBMM, realizados através de sua SCP. Sua remuneração é avaliada por taxa equivalente ao CDI + 2,25% a.a., cujos juros remuneratórios são pagos mensalmente.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As debêntures foram emitidas em 14 de novembro de 2012, com dois anos de carência do principal, e possuem vencimento final em 14 de novembro de 2020, com a primeira amortização paga em 14 de novembro de 2014. A escala de pagamentos futuros das debêntures e demais financiamentos é apresentada a seguir:

	Controladora e consolidado	
	2016	2015
2016	-	117.638
2017	116.961	113.460
2018	113.460	113.460
2019	113.460	113.460
2020	103.935	103.935
	<u>447.816</u>	<u>561.953</u>

O Grupo está sujeito a determinadas cláusulas restritivas (“*covenants*”) existentes na escritura de emissão das debêntures, com base em determinados indicadores financeiros os quais devem ser apurados em bases semestrais. As cláusulas restritivas foram plenamente atendidas pelo Grupo.

18 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
PIS e COFINS	1.232	1.036	1.369	1.175
Imposto sobre mercadorias e serviços	733	583	924	584
Impostos e contribuições retidas de terceiros	369	588	390	604
Impostos e contribuições retidas sobre salários	1.002	956	1.070	989
Outros	272	-	272	410
	<u>3.608</u>	<u>3.163</u>	<u>4.025</u>	<u>3.762</u>

19 Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
INSS	1.893	1.550	2.118	1.668
Provisão de férias e 13º salário	5.045	4.089	5.489	4.547
Provisão de participação nos lucros e resultados (PLR)	2.201	-	2.201	-
Provisão para rescisões trabalhistas – Prominas (i)	-	-	6.000	-
Outros	977	905	1.024	984
	<u>10.116</u>	<u>6.544</u>	<u>16.832</u>	<u>7.199</u>

- (i) A controlada Prominas provisionou em dezembro de 2016 o saldo de rescisões e encargos trabalhistas que ocorrerão no próximo exercício como consequência da decisão de seus sócios de extingui-la, por meio de liquidação extrajudicial.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Adiantamentos de recebíveis e cauções

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Adiantamento de receitas - SCP	88.561	49.539	88.561	49.539
Adiantamento de clientes e cauções recebidas	-	-	1.548	3.260
	<u>88.561</u>	<u>49.539</u>	<u>90.109</u>	<u>52.799</u>
Circulante	-	-	1.259	2.425
Não circulante	88.561	49.539	88.850	50.374
	<u>88.561</u>	<u>49.539</u>	<u>90.109</u>	<u>52.799</u>

O Grupo, através de sua participação na SCP em conjunto com a CBMM, pode acordar participar de adiantamentos realizados pela sócia ostensiva decorrentes de operações futuras de exportação de nióbio. Em 2015, foram recebidos R\$49.539 vinculados a receitas a se concretizarem entre 2022 e 2023 contabilizados como antecipação de recebíveis pela Companhia. Já em 2016 foram recebidos mais R\$39.022 vinculados a receitas a se concretizarem entre 2020 e 2021.

A controlada Prominas registra valores recebidos antecipadamente sob a forma de “sinal de reserva” e parcela do “saldo devedores”, relativos aos contratos de locação dos auditórios e salas do Minascentro e Expominas Belo Horizonte, que posteriormente são apropriados como receitas por ocasião da realização dos eventos.

Abertura dos adiantamentos de recebíveis e cauções por vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Por ano de vencimento				
2016	-	-	-	2.425
2017	-	-	1.259	714
2018	-	-	266	98
2019	-	-	23	23
2020	19.511	-	19.511	-
2021	19.511	-	19.511	-
2022	12.385	12.385	12.385	12.385
2023	37.154	37.154	37.154	37.154
	<u>88.561</u>	<u>49.539</u>	<u>90.109</u>	<u>52.799</u>

21 Provisões e passivos contingentes

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias e trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As provisões para contingências contabilizadas em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 estão demonstradas a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Contingências trabalhistas	191	-	311	-
Contingências cíveis (i)	19.831	15.900	20.051	15.900
Contingências tributárias	1.357	1.335	1.357	1.335
	<u>21.379</u>	<u>17.235</u>	<u>21.719</u>	<u>17.235</u>

- (i) Do saldo total em 2016, R\$18.960 (R\$15.900 em 31 de dezembro de 2015) decorrem da obrigação de indenização pelo resgate de ações ocorrido na transformação da Codemig de sociedade de economia mista em empresa pública conforme definido na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de dezembro de 2010. O saldo foi atualizado monetariamente durante o exercício. Os ex-acionistas possuem até 2020 para reclamarem os valores de indenização das ações resgatadas. O ex-acionista com maior representatividade é a Solaris Company Limited, que figura como polo ativo em uma ação judicial contra a Codemig que visa aumentar o valor da indenização do resgate das ações, contudo, na opinião de especialistas, este litígio teve sua probabilidade de perda classificada como remota.

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos relacionados a questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis surgidos no curso normal dos seus negócios, envolvendo risco de perda classificado como possível perda pelos consultores jurídicos do Grupo, no montante de R\$36.398 em 31 de dezembro de 2016 (R\$75.730 em 31 de dezembro de 2015), para as quais não é requerida a provisão para eventuais perdas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais.

22 Patrimônio líquido

(a) Capital social

	<u>2016</u>			<u>2015</u>		
	<u>Subscrito</u>	<u>A integralizar</u>	<u>Capital social</u>	<u>Subscrito</u>	<u>A integralizar</u>	<u>Capital social</u>
Saldo inicial	803.788	(9.630)	794.158	1.722.925	-	1.722.925
Subscrição de capital	-	-	-	9.630	(9.630)	-
Integralização de capital	-	9.630	9.630	-	-	-
Aumento de capital	41.642	-	41.642	171.891	-	171.891
Redução de capital	-	-	-	(1.100.658)	-	(1.100.658)
	<u>845.430</u>	<u>-</u>	<u>845.430</u>	<u>803.788</u>	<u>(9.630)</u>	<u>794.158</u>
Quantidade de ações ordinárias			<u>124.819</u>			<u>118.671</u>

Em 31 de dezembro de 2016 o capital social integralizado é R\$845.430 (R\$794.158 em 31 de dezembro de 2015), representado por 124.819 ações sendo que o Governo do Estado de Minas Gerais detinha 124.818 ações e o BDMG detinha 1 ação.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 23 de abril de 2015 foi aprovado em assembleia geral ordinária o aumento de capital da Companhia no montante de R\$9.630 a ser integralizado pelo acionista majoritário Estado de Minas Gerais, alterando o capital social subscrito de R\$1.722.925 para R\$1.732.555 divididos em 171.154 ações.

Em 14 de agosto de 2015 foi aprovado em assembleia geral extraordinária o aumento de capital da Companhia no montante de R\$171.891, integralizado mediante incorporação pelo acionista majoritário Estado de Minas Gerais de terreno localizado à Rua Uberaba, 865 – Barro Preto, Belo Horizonte-MG, alterando o capital social subscrito de R\$1.732.555 para R\$1.904.446 divididos em 319.717 ações.

Em 23 de dezembro de 2015 foi aprovado em assembleia geral extraordinária a redução de capital da Companhia no montante de R\$1.100.658, mediante a transferência para o acionista majoritário Estado de Minas Gerais, pelo valor do custo histórico líquido de depreciação acumulada, das benfeitorias, Cidade Administrativa e Prédio de Serviços, nos valores de R\$932.085 e R\$168.573, respectivamente, localizados em Belo Horizonte-MG, alterando o capital social subscrito de R\$1.904.446 para R\$803.788 divididos em 118.671 ações.

Em 29 de abril de 2016 foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) o aumento de capital da Companhia no montante de R\$1.084 subscrito pelo acionista majoritário Estado de Minas Gerais mediante a emissão de 103 novas ações. Uma fração desse aumento foi destinada ao capital social no valor de R\$698 e o restante de R\$386 à constituição de reserva de capital, alterando o capital social subscrito de R\$794.158 para R\$794.856 divididos em 118.774 ações.

Ainda na mesma AGOE, foi aprovada a integralização do aumento de capital de R\$9.630 deliberado em 23 de abril de 2015 em assembleia geral de acionistas, alterando o capital social subscrito de R\$794.856 para R\$804.486 divididos em 118.774 ações.

As integralizações ocorridas em 29 de abril de 2016 se deram a partir da capitalização de parte dos dividendos aprovados na Assembleia Geral Ordinária ocorrida na mesma data.

Em 13 de outubro de 2016 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Companhia no montante de R\$65.738 subscrito pelo acionista majoritário Estado de Minas Gerais mediante a emissão de 6.045 novas ações. Parte desse aumento foi destinado ao capital social (R\$40.944) e o restante à constituição de reserva de capital (R\$24.794), alterando o capital social subscrito de R\$804.486 para R\$845.430 divididos em 124.819 ações.

A integralização ocorrida em 13 de outubro de 2016 se deu a partir da cessão e transferência de ações da Helicópteros do Brasil S.A. - Helibrás avaliadas em R\$65.735 de titularidade do Estado de Minas Gerais para a Codemig, esta que as transferiu para a sua subsidiária Codepar. O saldo remanescente da subscrição de R\$3 foi integralizado em moeda corrente nacional pelo Estado em 22 de novembro de 2016.

(b) Reservas

- (i) Reserva de capital: R\$25.180. Corresponde ao ágio gerado na emissão de novas ações pela Codemig onde parte do preço da emissão das ações, que não tem valor nominal, ultrapassou a importância destinada à formação do capital social. O ágio ocorreu nos aumentos realizados em abril e outubro de 2016, conforme já descrito na parte (a) desta nota.
- (ii) Reserva legal: R\$34.276. Do lucro líquido do exercício, 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social, conforme disposições legais. Ainda conforme a lei, a reserva legal tem por fim assegurar a

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

- (iii) Reserva de lucros: R\$444.827. Após a constituição da reserva legal, a proposição de dividendos mínimos e a compensação do saldo de prejuízos acumulados, a Companhia destinou o saldo dos lucros acumulados à constituição da reserva de retenção de lucros (reserva de lucros para expansão), ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, com o propósito de retenção de recursos na Companhia.

(c) Ajuste de avaliação patrimonial

Os saldos apresentados em ajuste de avaliação patrimonial de R\$13.013 em 31 de dezembro de 2016 (R\$439 em 31 de dezembro de 2016) demonstram impactos de contas patrimoniais já incorridos decorrentes de transações que somente serão reconhecidas no resultado em momentos futuros, normalmente na realização do ativo ou liquidação do passivo. É composto pelo impacto dos resultados abrangentes de empresas coligadas e controladas, além do registro da marcação ao valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda e distorções causadas pela variação na participação em coligadas e controladas por diluição ou aquisição de participação.

(d) Dividendos

Os dividendos propostos com base nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016, sujeitos à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, foram calculados nos termos do estatuto da Companhia vigente no encerramento do exercício, em seu artigo 7º § 4º, correspondendo a 25% do lucro líquido anual, após a dedução da reserva legal, conforme previsto em lei.

Na AGOE realizada em 29 de abril de 2016, os acionistas deliberaram pela distribuição de R\$150.001 de dividendos decorrentes dos resultados do exercício de 2015. Esse montante foi deduzido reserva de lucros em 2016.

Os dividendos mínimos desse exercício totalizam R\$55.027, como abaixo:

	<u>Controladora</u>
	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	231.685
Reserva legal (5%)	(11.584)
Base para dividendos	<u>220.101</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u><u>55.027</u></u>

Os dividendos propostos com base nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015, sujeitos à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, foram calculados nos termos do estatuto da Companhia vigente naquele exercício, em seu artigo 7º, parágrafo 4º, correspondendo apenas aos acionistas minoritários, a 6% do lucro líquido anual, após as deduções previstas em lei. A participação dos minoritários na Companhia era de apenas 1 ação, portanto, os dividendos foram de R\$288,00 (duzentos e oitenta e oito reais).

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Receita líquida e custo dos produtos e imóveis vendidos e serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receita – SCP	737.578	937.760	737.578	937.760
Arrendamentos (i)	46.120	45.187	48.176	45.187
Receita com vendas de imóveis, serviços e locações	24.780	-	39.405	12.450
Receita bruta	808.478	982.947	825.159	995.397
Impostos (ii)	(258.714)	(309.694)	(258.714)	(309.694)
Outros impostos	(7.393)	(8.450)	(9.188)	(9.871)
Receita líquida	542.371	664.803	557.257	675.832
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	-	-	(5.563)	(3.689)
Custo dos imóveis vendidos	(12.215)	-	(12.215)	-
	(12.215)	-	(17.778)	(3.689)
Lucro Bruto	530.156	664.803	539.479	672.143

- (i) Para os contratos de arrendamentos de jazidas, há cláusulas que versam a respeito de pagamentos mínimos futuros que o Grupo deve receber independentemente da quantidade de minério extraída. No contrato de arrendamento de jazidas de fosfato, sendo este o mais relevante, deve ser pago o valor mínimo trimestral de 203 mil toneladas de minérios de fosfato, base seca, conforme preço por tonelada definido periodicamente, que poderá ser compensado com o excedente da extração em períodos subsequentes em até dois anos.
- (ii) O Grupo recebe os recursos integrais de sua SCP (Nota 1) para posterior pagamento dos impostos a ela relacionados. Assim sendo, esta linha apresenta gastos com imposto de renda e contribuição social, relacionados a receita da SCP.

24 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Despesas com pessoal	(45.886)	(32.528)	(58.387)	(37.941)
Encargos sociais	(9.524)	(6.141)	(11.197)	(9.429)
Serviços de terceiros	(87.078)	(54.190)	(97.328)	(55.960)
Publicidade, patrocínio e promoções	(28.124)	(20.231)	(28.124)	(20.231)
Despesas tributárias	(6.030)	(5.483)	(6.321)	(6.074)
Depreciação e amortização (Constituição)/Reversão da redução ao valor recuperável de ativos	(12.376)	(59.541)	(13.546)	(60.448)
Outras	1.466	(4.696)	1.466	(4.696)
	(4.093)	(3.073)	(4.096)	(7.226)
	(191.645)	(185.883)	(217.533)	(202.005)

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 Gastos com convênios

A Companhia tem por objeto social promover o desenvolvimento econômico de Minas Gerais conforme determinado pelo seu estatuto social, e vem atuando como agente fomentador de diversos projetos no estado de Minas Gerais.

O Grupo, após aprovação dos projetos por parte do Estado de Minas Gerais e prefeituras, é acionado através de ofícios para aderir ao convênio. Aderindo ao convênio, o Grupo, de acordo com a disponibilidade do seu fluxo de caixa e o cronograma do convênio, repassa recursos para que os convenientes possam executar as atividades propostas.

Uma vez que o Grupo não obterá benefícios diretos através da aplicação destes recursos, os mesmos são lançados como gastos com convênios no resultado à medida que são incorridos.

A fiscalização da correta aplicação dos recursos, após o repasse dos mesmos pelo Grupo, compete aos órgãos recebedores do recurso e ao Grupo, observados no que couber, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações; o Decreto Estadual nº 43.635, de 20 de outubro de 2003, e suas alterações, o Decreto Estadual nº 44.424, de 21 de dezembro de 2006, este último que regula especificamente a formalização, execução e prestação de contas dos instrumentos de Convênios formalizados por quaisquer órgãos da administração direta e indireta do Estado de Minas Gerais.

Os convênios ativos em 31 de dezembro de 2016 estão assim apresentados:

	Controladora e consolidado			
	Valor do convênio	Valor total repassado até 31/12/2016	Valores desembolsados em	
2016			2015	
Termo de Acordo - Companhia Brasileira de Mineração e Metalurgia	11.875	9.272	255	602
Convênio 3215 - SETOP-MG e DER-MG	4.200	2.020	-	-
Convênio 3243 - Prefeitura de Lagoa Santa	18.000	18.000	-	-
Convênio 3250 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Divinópolis	3.000	3.000	-	-
Convênio 3475 - SETOP-MG e DER-MG	8.000	8.000	-	-
Convênio 3528 - COPASA-MG	750	80	-	-
Convênio 3638 - SETOP e Prefeitura Municipal de Juiz de Fora	20.000	15.000	5.000	-
Convênio 3668 - SETOP-MG e DER-MG	9.500	1.350	-	-
Convênio 3760 - Prefeitura Municipal de Juiz de Fora	6.000	2.906	2.596	-
Convênio 3779 - Prefeitura Municipal de Lagoa Santa	5.412	3.608	-	-
Convênio 3801 - SETOP-MG	10.000	10.000	-	-
Convênio 3829 - SETOP-MG e DER-MG	40.300	36.000	-	-
Convênio 3856 - SETOP-MG e DEOP-MG	6.101	6.101	-	-
Convênio 3860 - COPASA-MG	247	247	247	-
Convênio 3865 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Santos Dumont	400	360	-	-
Convênio 3866 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Santa Luzia	2.500	2.250	-	-
Convênio 3867 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Itapeva	2.500	2.500	250	-
Convênio 3868 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Unai	800	720	-	-
Convênio 3869 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Ervália	900	810	-	-

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora e consolidado			
	Valor do convênio	Valor total repassado até 31/12/2016	Valores desembolsados em	
			2016	2015
Convênio 3870 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Felício dos Santos	300	300	-	60
Convênio 3871 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Viçosa	200	180	-	-
Convênio 3873 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Ibitiré	304	277	-	-
Convênio 3874 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Diamantina	2.000	1.800	-	-
Convênio 3903 - Polícia Militar de Minas Gerais	101	101	-	-
Convênio 3962 - Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais	1.000	1.000	-	1.000
Convênio 3972 - Instituto Euvaldo Lodi	1.378	1.378	275	1.104
Convênio 3997 - SETOP-MG	60.445	11.500	8.500	3.000
Convênio 3998 - SETOP-MG	15.000	10.000	-	10.000
Convênio 3999 - SETOP-MG e DER-MG	9.000	9.000	-	9.000
Convênio 4034 - SETOP-MG e DER-MG	65.000	56.800	40.300	16.500
Convênio 4036 - SETOP-MG e DER-MG	22.634	21.225	20.325	900
Convênio 4037 - SETOP-MG e DER-MG	13.600	-	-	-
Convênio 4049 - Centro Referência Juventude	245	245	-	245
Convênio 4067 - SETUR e Centro Internacional de Referência do Circo	300	300	-	300
Convênio 4095 - COPASA-MG	1.839	1.710	1.710	-
Convênio 4252 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Poços de Caldas	10.000	-	-	-
Convênio 4274 - Associação Brasileira dos Criadores de Girolando	1.165	1.165	1.097	-
Convênio 4318 - Instituto Espinhaço	16.079	2.178	2.178	-
Convênio 4404 - Centro Francisca Veras	5.877	1.987	1.986	-
Convênio 4431 - EMATER, EPAMIG e SEAPA	3.982	3.194	2.334	-
Convênio 4460 - SETOP-MG e DER-MG	5.500	1.500	1.500	-
Convênio 4505 - Prefeitura Municipal de Lagoa Santa	3.897	3.897	3.897	-
Convênio 4506 - Prefeitura Municipal de Lagoa Santa	3.282	3.282	3.282	-
Convênio 4510 - SETOP e Prefeitura de Barroso	61	42	42	-
Convênio 4513 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Bom Sucesso	500	250	250	-
Convênio 4548 - SETOP-MG	1.500	300	300	-
Convênio 4651 - EPAMIG	280	104	104	-
Convênio 4662 - Associação Grupo Dispersores	2.139	525	525	-
Convênio 4732 - Associação Brasileira dos Criadores de Girolando	1.500	-	-	-
	399.593	256.464	96.953	42.711

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Parceria – AGMM (COPASA) Copasa Águas Minerais de Minas Gerais	(2.117)	(2.369)	(2.117)	(2.369)
Fornecimento e transporte de material betuminoso	-	(1.492)	-	(1.492)
Recuperações de taxas e despesas (i)	12.180	181.819	12.180	181.819
Ganho na alienação de imóveis e aquisição de investimentos (ii)	2.002	-	2.392	-
Baixa de bens por doação/inutilização	(1.363)	-	(1.340)	-
Remuneração de capital	1.415	4.055	1.415	4.055
Taxas e multas	(1)	-	(5)	-
Outras	(349)	(2.695)	(347)	(2.695)
	<u>11.767</u>	<u>179.318</u>	<u>12.178</u>	<u>179.318</u>

- (i) O valor de recuperação de despesas refere-se basicamente à devolução de convênios firmados cujo objeto não foi totalmente executado pelo conveniente ou cujo prazo de vigência expirou. Em 2015, o saldo refere-se substancialmente à devolução de convênios firmados com o DER-MG e SETOP-MG que venceram seu prazo de vigência e cujo objetos de implantação, pavimentação, apoio à supervisão e fornecimento de material betuminoso para obras de Lagoa Santa (Convênio 3828/14), bem como desapropriação de terrenos para ampliação da faixa de domínio do trecho de Sete Lagoas (Convênio 3864/14) não foram executados no período determinado pelos respectivos planos de trabalho.
- (ii) Valor R\$2.002 refere-se a venda de imóvel situado em Belo Horizonte - MG. Valor de R\$389, no consolidado, refere-se a ganho por compra vantajosa do BMI.

27 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas				
Juros recebidos de aplicações financeiras	72.629	69.881	73.138	72.644
Variação monetária ativa	5.301	6.564	5.301	6.564
Outras	783	116	1.114	374
	<u>78.713</u>	<u>76.561</u>	<u>79.553</u>	<u>79.582</u>
Despesas				
Juros de mora	(101)	(166)	(374)	(166)
Juros de empréstimos e financiamentos	(83.595)	(93.137)	(83.391)	(93.137)
Variação monetária passiva	(4.419)	(425)	(4.419)	(432)
Outras	(20)	(45)	(86)	(51)
	<u>(88.135)</u>	<u>(93.773)</u>	<u>(88.270)</u>	<u>(93.786)</u>
	<u>(9.422)</u>	<u>(17.212)</u>	<u>(8.717)</u>	<u>(14.204)</u>

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 Imposto de renda e contribuição social

O Grupo é tributada com base no lucro real as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido.

O Grupo não constitui tributos diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias uma vez que não possui expectativa de lucro fiscal nos exercícios futuros. A principal receita do Grupo, proveniente da SCP, é tributada na própria SCP.

Os saldos apresentados na demonstração do resultado consolidada do Grupo representam os impostos sobre o lucro apurados decorrentes dos lucros das controladas advindos de suas operações.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi reconhecida uma diferença temporária a partir do registro de ganho na aquisição de investimento da controlada Codepar que acarretaram no reconhecimento do montante de R\$133 referente à impostos diferidos passivo (34%).

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro antes do IRPJ/CSLL	231.685	594.178	230.797	593.891
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(78.773)	(202.021)	(78.471)	(201.923)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Exclusão permanente do resultado da SCP	162.814	213.542	162.814	213.542
Adições / (exclusões) permanentes, líquidas	(3.462)	(3.427)	(2.666)	(3.427)
Ativo diferido não registrado	(80.579)	(8.094)	(81.544)	(7.782)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas efetivas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(133)</u>	<u>(410)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(133)	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	-	(410)
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(133)</u>	<u>(410)</u>
<i>Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social</i>	0,0%	0,0%	-0,06%	-0,07%

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 Lucro por ação

Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não efetuou compra de ações ordinárias nem mantém ações em tesouraria. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. A Companhia não possui nenhuma ação com potencial efeito diluidor.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	231.685	594.178
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	<u>120.028</u>	<u>217.991</u>
Lucro básico por ação	<u>1,93</u>	<u>2,73</u>

30 Cobertura de seguros

O Grupo adota política de avaliação e monitoramento de riscos em suas operações, e, de acordo com esta política, faz contratações de seguros julgados suficiente pela administração, para cobrir eventuais sinistros.

A opção gerencial do Grupo é por segurar todas as edificações de valor relevante que sejam destinadas a uso direto desta e negócios administrados diretamente por esta ou por meio de arrendamento. Terrenos e edificações para venda não são segurados devido a sua expectativa de repasse a terceiros, assim como bens móveis de qualquer natureza.

A cobertura de seguros, contra incêndio e riscos diversos, em valores de 31 de dezembro de 2016, está demonstrada a seguir:

<u>Natureza dos bens segurados</u>	<u>Limite máximo de cobertura</u>
Prédios e benfeitorias	443.217

31 Eventos subsequentes

(a) Codepar

Em fevereiro de 2017, foi realizada AGE na Codepar que deliberou pelo aumento de capital social no montante de R\$22.000. Desse aumento de capital R\$1.680 foi destinado ao aporte da Codepar no FIP AEROTEC. Os valores restantes serão utilizados na realização de novos investimentos da controlada e para eventual pagamento de despesas.

(b) FIDC – APL Santa Rita do Sapucaí

Conforme informado na Nota Explicativa 11.1 a administradora solicitou a prorrogação de prazo de enquadramento à CVM, que em 21 de fevereiro de 2017 deferiu o pedido de prorrogação. Esse deferimento possibilitou o retorno atividades do fundo, que se encontravam suspensas em 31 de dezembro de 2016. Em 23 de fevereiro de 2017 foi realizada nova Assembleia de Cotistas que alterou o regulamento do FIDC permitindo sua atuação não só no APL de Santa Rita do Sapucaí, mas todos os

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

APLs do Estado de Minas Gerais. Essa alteração fora realizada no intuito de buscar o enquadramento da carteira de direitos creditórios às normas da CVM e beneficiar outras regiões do Estado que anteriormente não vinham sendo atendidas.

Em 2017 a Codemig manifestou informalmente à Administradora do FIDC – APL Minas Gerais sua intenção em liquidar antecipadamente o fundo, considerando a expectativa de não atingimento do percentual de direitos creditórios em carteira exigido na Instrução CVM Nº 356/2001 e os eventos de liquidação constantes em seu Regulamento. Em 9 de fevereiro de 2018, em Assembleia Geral de Cotistas do Fundo, foi aprovada a liquidação desse fundo, com o consequente crédito na conta corrente do Grupo no montante de R\$11.598.

(c) **PROMINAS**

No dia 30 de janeiro de 2017 foi realizada uma AGE na sede da Prominas que determinou pelo aumento de capital da controlada em R\$18.000. Esse aumento de capital teve por objeto auxiliar na liquidez da investida durante o processo de liquidação evitando, portanto, conforme estratégia de liquidação, a antecipação dos eventos de ativos e passivos. Esse aumento de capital levou a Codemig a participar em 99,78% das ações da Prominas. Posteriormente, no dia 13 de março de 2017 foi realizada outra AGE que deliberou pela redução do capital social da Prominas, transferindo à Codemig o Minascentro como devolução de sua participação no capital social reduzido.

(d) **Desistência do investimento no BMI**

A Codepar, considerando o período de silêncio do Banco Central do Brasil desde o envio da solicitação de aprovação do processo de emissão de novas ações do Banco Mercantil de Investimentos - BMI encaminhado em março de 2016, solicitou ao banco o cancelamento da emissão das ações e consequentemente de sua subscrição. Baseado na Resolução 2.027 de 1993 do BCB os montantes recebidos pelo Banco Mercantil de Investimentos na subscrição de capital da qual a Codepar participou foram utilizadas para a aquisição de títulos públicos federais em nome dos subscritores. Tais títulos, adquiridos pelo BMI em nome da Codepar, após os trâmites internos, foram integralmente resgatados pela Codepar, que recebeu em junho de 2017 o montante aportado em março de 2016 atualizado pelo ganho da marcação à mercado dos referidos títulos.

(e) **Resgate antecipado de debêntures**

A Companhia enviou Notificação de Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, com Garantia Relata, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação (“Debêntures”), ativo registrado na B3 sob o código COMG11, aos Agente Fiduciário, Banco Mandatário e Agente Escriturador, em 01 de fevereiro de 2018, bem como solicitou criação de eventos de Resgate Total Antecipado, pagamento de Juros e Prêmio, em carta enviada à B3 S.A. – Segmento CETIP UTVM, em 02 de fevereiro de 2018.

O evento de resgate antecipado da totalidade das Debêntures de emissão da Companhia ocorreu em 27 de fevereiro de 2018, mediante o pagamento integral do saldo nominal devido na data, acrescido de remuneração, calculada pro rata temporis (“Valor do Resgate Antecipado”), e de Prêmio de resgate, correspondente a 0,45%, incidente sobre o Valor do Resgate Antecipado. O valor total a ser pago, correspondente ao Valor do Resgate Antecipado acrescido de Prêmio, foi estimado, nesta data, em R\$318.947. As Debêntures ao serem resgatadas antecipadamente serão automaticamente liquidadas.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Abertura de capital - IPO

O Governador do Estado de Minas Gerais, Fernando Pimentel, sancionou, em 03 de janeiro de 2018, o Projeto de Lei 4827/2017, criando a Lei Estadual 22.828/2018, que autoriza a transformação da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG) em sociedade de economia mista, mantidos a forma de sociedade anônima e o controle acionário do Estado de Minas Gerais, que deverá manter em seu poder, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias da Companhia.

(g) Alienação das ações do BDMG

Em 31 de janeiro de 2018, por meio da cisão, as ações do BDMG foram transferidas pelo seu valor de custo histórico para a nova empresa criada pela reorganização societária – CODEMGE (vide Nota 30 (h)). A cisão é uma reorganização societária onde ativos e passivos correspondentes são dissociados de uma empresa (denominada “cindida”) e destinados para uma empresa já existente ou para uma empresa criada pelo próprio ato de cisão, sendo essa última hipótese ilustrada pelo fato ocorrido. Desse modo, o ativo BDMG teve sua realização na Codemig pelo seu custo histórico.

(h) Reorganização societária - Cisão

Em Assembleia Geral ocorrida no dia 31 de janeiro de 2018, os acionistas da Companhia aprovaram a cisão parcial da Codemig, quando foi cindido o patrimônio de R\$1.268.113 para uma sociedade nova, constituída pela cisão, que adotará a denominação social de "Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - CODEMGE", e tem como acionistas o Estado de Minas Gerais e a MGI – Minas Gerais Participações S.A. A operação foi motivada pelo interesse do acionista majoritário, o Estado de Minas Gerais, de abrir o nosso capital e vender parte de nossas ações ao mercado, mantendo, entretanto, as ações de desenvolvimento por nós perpetradas antes de nossa cisão. O laudo de cisão, com a devida avaliação do patrimônio a ser transferido à CODEMGE foi apresentado e aprovado, por unanimidade dos votos.

A substancialidade dos ativos e passivos da Companhia, devido a cisão, foram transferidos para a CODEMGE. Na Codemig permaneceram apenas os seguintes ativos e passivos: (i) aqueles vinculados às debêntures, (ii) ao negócio de nióbio exercido em conjunto pela SCP mantida entre Codemig e CBMM, (iii) o FIDC, (iv) um terreno no bairro Olhos D'água, em Belo Horizonte-MG, (v) a co-participação de 41% no imóvel Centro Cultural Presidente Itamar Franco, em Belo Horizonte-MG e (vi) um saldo de caixa suficiente para o cumprimento de suas obrigações futuras. Após a cisão, a Codemge assinou um contrato de indenização com a Codemig, em que a Codemge assumiu a responsabilidade onerosa sobre os eventuais passivos que surgirem no curso dos negócios da Codemig e que provenham de ações ou fatos ocorridos anteriormente à cisão.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O balanço patrimonial da Codemig em 31 de janeiro de 2018 após os eventos da cessão, está apresentado abaixo (não auditado):

Ativo	31/01/2018 (não auditado)	Passivo	31/01/2018 (não auditado)
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	355.689	Contas a pagar	39.090
Contas a receber	78.899	Empréstimos e financiamentos	324.211
Dividendos antecipados e a receber	1.121	Tributos a recolher	1.967
Impostos e contribuições a recuperar	6.697	Salários e encargos sociais	1.575
Outros ativos circulantes	11.727	Dividendos a pagar	1
Partes relacionadas	14.672	Partes relacionadas	78.899
Total do ativo circulante	468.805	Total do passivo circulante	445.743
Não circulante		Não circulante	
Aplicações financeiras	20.000	Adiantamentos e cauções recebidas	83.438
Impostos e contribuições a recuperar	1.355	Imposto diferido	360
Depósitos judiciais	929	Provisão para contingências	18.960
Partes relacionadas	83.438		
	105.722	Total do passivo não circulante	102.758
Total do ativo não circulante	318	Total do passivo	548.501
Investimentos	318	Patrimônio líquido	
Imobilizado	345.541	Capital social	10.043
Intangível	13	Reserva de capital	99.513
	345.872	Ajustes de avaliação patrimonial	954
Total do ativo não circulante	451.594	Reservas de lucro	261.388
		Total do patrimônio líquido	371.898
Total do ativo	920.399	Total do passivo e patrimônio líquido	920.399

* * *